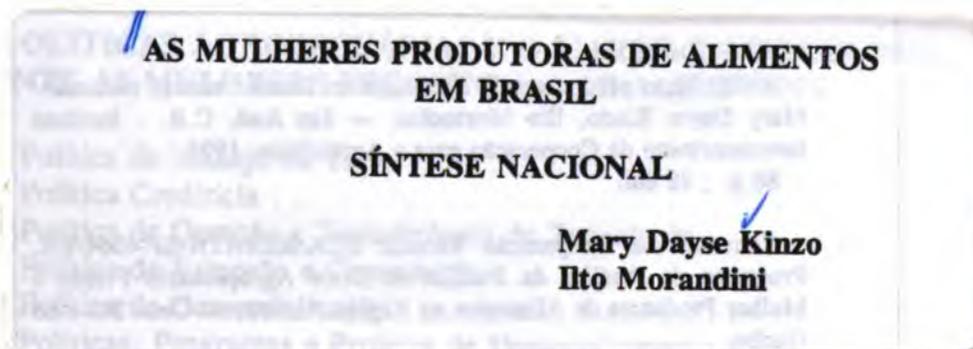


INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO  
PARA A AGRICULTURA

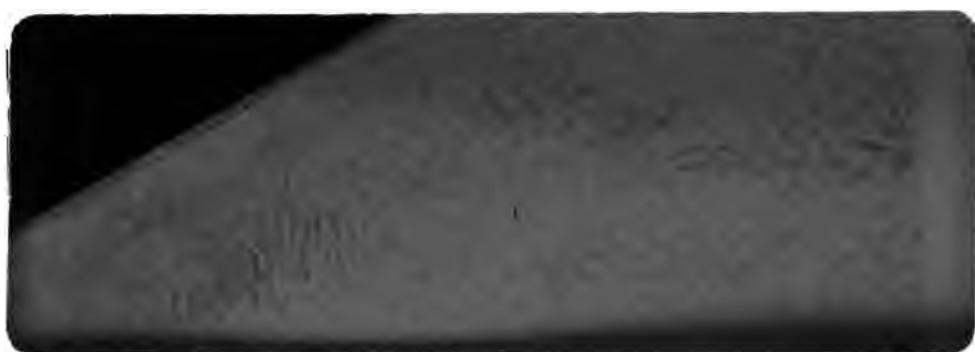
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Programa de Análise  
da Política do Setor Agropecuário  
frente à Mulher Produtora de Alimentos  
na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe



CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA IICA/BID/ATN-SF-4064-RE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO IV  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL



**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA IICA/BID/ATN-SF-4064-RE**

**PROGRAMA DE ANÁLISE DA POLÍTICA DO SETOR AGROPECUÁRIO  
FRENTE À MULHER PRODUTORA DE ALIMENTOS  
NA REGIÃO ANDINA, NO CONE SUL E NO CARIBE**

**AS MULHERES PRODUTORAS DE ALIMENTOS  
EM BRASIL**

**SÍNTESE NACIONAL**

**Mary Dayse Kinzo  
Ito Morandini**

---

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO IV  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).  
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).  
Fevereiro, 1996.

Direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial deste documento sem autorização escrita do IICA e do BID.

Os autores deste documento foram consultores contratados pelo Programa de Análise da Política do Setor Agropecuário Frente a Mulher Produtora de Alimentos na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe (IICA/BID). Por tanto, as idéias, propostas, interpretações e conclusões devem ser atribuídas a eles, e não representam necessariamente os critérios do BID e do IICA ou de algum dos Estados Membros destas organizações.

O Serviço Editorial do IICA foi responsável pela revisão estilística, levantamento de texto e montagem desta publicação, e a Gráfica do IICA realizou os trabalhos de fotomecânica e impressão.

**Kinzo, Mary Dayse**

**As mulheres produtoras de alimentos em Brasil : síntese nacional / Mary Dayse Kinzo, Ilto Morandini. — San José, C.R. : Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1996. 86 p. ; 28 cm.**

**Convenio de Cooperação Técnica IICA/BID/ATN-SF-4064-RE. Programa de Análise da Política do Setor Agropecuário Frente a Mulher Produtora de Alimentos na Região Andina, no Cone Sul e no Caribe.**

**1. Mujeres rurales - Brasil. 2. Política agrícola - Brasil. I. Morandini, Ilto. II. IICA. III. BID. IV. Título**

**AGRIS  
E51**

**Dewey  
305.4**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	v
<b>I. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA</b> .....	1
A. Contexto Agrícola e a Produção de Alimentos .....	1
B. A Contribuição das Mulheres na Produção Agrícola .....	7
<b>II. CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS</b> .....	11
<b>III. CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS</b> .....	15
A. Formulação, Poscolheita e Processamento .....	15
B. Comercialização .....	16
<b>IV. AS CONDIÇÕES TECNOLÓGICAS DAS MULHERES PRODUTORAS E A TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA</b> .....	21
<b>V. AS POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS E O MARCO INSTITUCIONAL FRENTE AS MULHERES PRODUTORAS DE ALIMENTOS</b> .....	23
A. Política de Manejo da Terra .....	23
B. Política Creditícia .....	26
C. Política de Geração e Transferência de Tecnologia .....	27
D. Política de Extensão e Capacitação .....	30
E. Política de Comercialização .....	31
F. Políticas, Programas e Projetos de Desenvolvimento Rural .....	32
G. Políticas Existentes Relativas à Mulher Rural .....	34
<b>VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b> .....	37
A. Conclusões .....	37
B. Recomendações .....	42
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	53
<b>QUADROS</b> .....	61



## **INTRODUÇÃO**

*O Programa de Análise da Política do Setor Agropecuário frente à Mulher Produtora de Alimentos na Região Andina, no Cone Sul e Caribe, executado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no contexto do Convênio de Cooperação Técnica ATN/SF-4064-RE, é a segunda fase de um programa que compreende um total de 18 países da América Latina e o Caribe: Barbados, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Perú, Suriname, Uruguai e Venezuela.*

*O programa realizou-se, em sua primeira fase (1992-1993), nos seis países da América Central e contou com o apoio do Conselho de Ministros de Agricultura da América Central, na sua XII Reunião Ordinária realizada em março de 1992. A etapa atual foi realizada por solicitação de um grupo de Primeiras Damas participantes na Reunião de Cúpula de Primeiras Damas, para o Desenvolvimento Econômico da Mulher Rural, realizada em Genebra, Suíça, em fevereiro de 1992.*

*Através de uma melhor compreensão do papel econômico e social que desempenham as mulheres nas pequenas unidades de produção agropecuária, assim como de uma análise crítica das políticas e programas nacionais dirigidos ao setor agropecuário e às mulheres, o Programa IICA/BID, tem como objetivo contribuir para a formulação e reorientação de estratégias e políticas setoriais e de desenvolvimento rural, para proporcionar a incorporação das mulheres produtoras às pequenas unidades de produção que constituem seu contexto.*

*O presente Documento conforma-se pela síntese dos resultados de um estudo nacional, desenvolvido num período de quase um ano, 1993-1994 e abrange os aspectos mais significativos dos quatro temas de estudo que compoem o programa, a saber:*

- *Diagnóstico da contribuição das mulheres à produção de alimentos nas pequenas unidades agropecuárias e no conjunto do setor.*
- *Análise das políticas e programas dirigidos ao setor agropecuário e seus efeitos sobre as mulheres rurais.*
- *Análise dos processos tecnológicos utilizados nas pequenas unidades de produção e da participação das mulheres nos referidos processos.*
- *Análise do papel das mulheres na transformação e comercialização dos produtos alimentícios.*

*O documento está organizado em seis capítulos. O Capítulo I analisa a contribuição da mulher à produção nacional agropecuária e de alimentos; este capítulo baseia-se na análise de dados secundários nacionais e busca redimensionar o emprego feminino no setor agropecuário.*

*Os Capítulos II, III e IV apresentam uma síntese dos principais resultados do estudo IICA/BID e de outros estudos nacionais sobre as mulheres produtoras do setor agropecuário, fornecendo um diagnóstico sobre a participação das mulheres na produção, nos processos tecnológicos, na transformação e comercialização de produtos em pequenas unidades; inclui, também, um estudo da contribuição feminina à renda e bem-estar da família.*

*Apesar da significativa participação feminina nas atividades agropecuárias, as mulheres continuam sendo pouco consideradas quanto à possibilidade de acesso ao crédito, à capacitação, extensão e transferência de tecnologia, à propriedade da terra e à comercialização entre outros aspectos. Estes pontos que se destacam na análise das políticas e programas governamentais são apresentados no Capítulo V.*

*Finalmente no Capítulo VI, apresentam-se as conclusões e recomendações de políticas e programas. Estas recomendações são de caráter preliminar e têm o propósito de fomentar a formulação de propostas de políticas e ações em concordância com os Ministros da Agricultura e do Planejamento, os Escritórios das primeiras Damas e as entidades públicas e privadas que trabalham em prol do desenvolvimento agrícola e rural.*

*A metodologia de trabalho fundamentou-se no estudo das políticas macroeconômicas para a agricultura e, a partir daí, descrever e avaliar as políticas setoriais a fim de analisar o como estas influem na participação das mulheres produtoras (dentro das pequenas unidades de produção), referindo-se às produtoras não remuneradas ou àquelas que ocasionalmente o são.*

*O trabalho baseia-se em grande parte em dados secundários, tais como os do Censo Demográfico de 1980 e algumas projeções preliminares que se fizeram em base aos dados do Censo Demográfico de 1991. Utiliza-se, também, de dados do Censo Agropecuário de 1985 e de dados das Pesquisas Nacional de Amostra de Domicílios (PNADs), provenientes da base de dados Oficiais (IBGE) e outros.*

*Além disto, o trabalho realiza uma revisão e análise de documentos técnicos e de política, estudos setoriais e de casos. Foram desenvolvidos, ademais, estudos de caso junto a unidades familiares de produção rural entrevistando 50 (cinquenta) mulheres produtoras do estado de Santa Catarina (SC) e 50 (cinquenta) do Paraná (PR), na região Sul do país e junto a 100 (cem) mulheres produtoras de municípios do estado do Ceará, região Nordeste do Brasil.*

## **I. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

Nas duas últimas décadas, houve um intenso movimento de incorporação da força de trabalho feminina na População Economicamente Ativa (PEA), no Brasil. Este crescimento tem se dado pelo aumento acelerado da participação feminina no mercado de trabalho rural e urbano, nos setores formais e informais da economia.

Contudo, as diversidades encontradas na participação das mulheres trabalhadoras rurais, na produção agrícola, possuem causas estruturais, conjunturais e culturais que também apresentam especificidades regionais.

Infere-se, porém, que esta participação das mulheres na produção agrícola tem sido subestimada nas estatísticas oficiais. Contudo, tem havido grande preocupação e tem sido tomadas providências para que as questões relativas ao trabalho da mulher e a forma com que elas são questionadas por parte do órgão oficial de estatísticas - IBGE, não leve à distorções.

Não há nenhuma evidência de que os dados oficiais estejam longe da verdade, mas há evidências de que o trabalho da mulher rural é um trabalho não tipicamente capitalista, com jornadas não regulares e não bem definidas, levando a uma falta de nitidez na divisão entre o trabalho produtivo e o reprodutivo ou doméstico que as mulheres rurais desenvolvem.

A própria natureza descontínua do trabalho no campo permite maior embricamento das diversas atribuições femininas que se desenvolvem concomitantemente, combinando trabalho nas atividades domésticas, na roça e no cuidado com as criações. Esta simultaneidade leva a que elas próprias considerem seu trabalho como "ajuda" e não trabalho.

A contradição está no fato de que as mulheres desenvolvem atividades produtivas que são tidas, por elas mesmas, como extensão de seu trabalho doméstico. É difícil quantificar esta suposta subestimação que possui causas outras que fogem ao controle das coletas de dados para a quantificação da população economicamente ativa.

Mesmo assim, constata-se um crescimento da participação da mulher na produção agrícola quando se realiza pesquisas exploratórias, buscando-se ouvir o que a mulher tem a dizer a respeito de como e quanto ela trabalha, como a que fundamentou algumas afirmações desde Projeto BID/IICA, Brasil.

### **A. Contexto Agrícola e a Produção de Alimentos**

As políticas e programas para o setor agrícola procuraram responder, desde o início do século, a uma política macroeconômica, em que os pequenos produtores e, em especial, o trabalho das mulheres trabalhadoras rurais tiveram expressiva contribuição. Esta contribuição foi adquirindo um caráter sócio-econômico e político, na medida em que o Estado promovia transformações econômicas demandadas por um modelo de desenvolvimento que se implementava.

As políticas do Estado e sua forte intervenção na economia leva-nos, portanto, a entender o crescimento da produção agrícola como resposta à necessidade da balança comercial que buscou na força de trabalho dos imigrantes europeus e japoneses os protagonistas para os programas de colonização do início do século, instalando-se nas regiões sudoeste e sul. Entende-se também, o resurgimento de programas de colonização nos anos 30, incorporando os pequenos produtores através da implantação das Colônias Nacionais pelo governo Vargas no Centro-Oeste, promovendo um movimento migratório interno. Este programa fundamentava-se na funcionalidade sócio-política e econômica da pequena produção, em inícios do processo de industrialização do país, quando esta jogou importante papel na economia.

A partir de então, o setor agrícola passa a apresentar profundas transformações que se acentuam nos anos 30 e que, a partir dos anos 50, são aceleradas pelo impulso à implantação da política de substituição de importações. Como consequência, a política econômica dos anos 60 definiu um novo papel ao setor agropecuário brasileiro pela implementação de políticas de modernização no campo.

Nos anos 70, a política econômica que gerou o "milagre brasileiro" permitiu alterações profundas nas alianças com os setores tradicionais da oligarquia agrária, de forma a que se privilegiassem as formas "modernas" ou "empresariais" de produção agrícola. Estímulos e subsídios à produção industrial avançaram sobre o meio rural efetivando transformações nas bases econômicas da sociedade. A agricultura foi sendo incorporada a este processo, surgindo os complexos agroindustriais apoiados no capital industrial e financeiro que encontraram formas de realização dentro da agricultura.

A agricultura, simultaneamente, respondendo às necessidades da política econômica, continuou a exercer sua função tradicional de fator de equilíbrio no balanço de pagamentos. O setor agropecuário passava a ser consumidor de produtos industriais, principalmente tratores, tecnologias de irrigação e outras que refletiam a crescente capitalização do campo. Contudo, a agricultura tradicional permanecia sem a introdução de novas tecnologias e sem aumento de capitalização, ao mesmo tempo em que os recursos naturais continuavam a ser superutilizados nas pequenas propriedades e a fertilidade do solo decrescia.

As atividades agrícolas, tendo sido incorporadas a este processo de crescimento econômico promoveram o surgimento dos complexos agroindustriais que encontraram formas eficientes de realização na agricultura. A agricultura passa a ter um papel não somente como produtora de alimentos e matérias primas, mas também como mercado para o parque industrial com introdução de máquinas, tratores e insumos agrícolas. Contudo, a pequena produção continua a realizar seu papel de fornecedora de alimentos básicos, a baixo preço para subsidiar o processo de formação urbano-industrial.

O sub-setor de produtos agrícolas para exportação impôs uma necessidade de bens de capital e de bens intermediários de produção externa. A tratorização é um indicador razoável do grau de modernização da agricultura do país, já que, sua introdução se faz acompanhar, quase sempre, de outros insumos "modernos".

Os indicadores de mecanização mostram que o número de pessoal ocupado por trator passa de 1.039,53 em 1970 a 271,00 em 1985 na região Nordeste e de 64,94 em 1970 a 15,87 em 1985, na região Sul. (FIBGE-Censo Agropecuário, 1970, 1975, 1980 e Sinópse Preliminar do Censo de 1985)

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro que crescia de 6 a 7% p.a. alcançou uma acelerada taxa de crescimento médio de 11,2% durante o período de 1967 a 1973. Após atingir um pico de crescimento de 14%, iniciou um declínio que chegou a 9,8% em 1974 e 5,6% em 1975, tendo como fator principal a crise internacional causada pela alta dos preços do petróleo e consequente contração comercial.

De acordo com estatísticas oficiais do IBGE para os anos 1980-1990, o PIB por setores produtivos apresentou diferenciações que refletem as demandas interna e externa da economia, com o desenvolvimento dos tres setores: agricultura, indústria e serviços. O setor agrícola, nos anos mencionados, manteve uma participação estável no PIB, porém, proporcionalmente baixa em relação aos setores industrial e de serviços.

A apresentação do PIB Agrícola como percentual do PIB total, através de série histórica (IBGE) evidencia as mudanças ocorridas no setor agrícola brasileiro. No período entre os anos 1950-1990, o PIB agrícola apresenta as seguintes porcentagens, de 5-5 anos, respectivamente: 22,8%, 22,0%, 16,1%, 14,5%, 10,4%, 10,7%, 9,7%, 10,1%, 8,9%. Referindo-se à estrutura do produto interno bruto, o setor agricultura manteve uma participação estável no PIB, porém, proporcionalmente baixa em relação aos setores industrial e de serviços.

Evidencia-se, através dos dados secundários e primários analisados, que a pequena produção perdeu expressão como geradora de alimentos em seu papel de apoio ao processo de industrialização. O modelo de desenvolvimento que privilegiou o setor indústria e obteve importante apoio da pequena produção, contraditoriamente, a excluiu do acesso ao crédito e à tecnologia. Provocou uma aceleração do processo de urbanização do país que cada vez mais tem levado a consequências sócio-econômicas de difícil solução.

Contudo, a pequena produção ainda sobrevive, mesmo tendo tido, até o momento, falta de apoio governamental. Houve um redirecionamento dos produtos para exportação que exigiam maiores áreas de terras, bem como bens de capital e insumos e os pequenos produtores se viram obrigados a buscar outras fronteiras agrícolas onde pudessem produzir, com o apoio da unidade familiar de produção, em especial da mulher, sem que necessitassem de grandes investimentos.

Este fato ocorre, mesmo que, a expansão das culturas de abastecimento interno tenham se dado em ritmo bem inferior ao registrado para o conjunto das lavouras de exportação. Isto é verificável se se analisa a expressiva diferença entre as taxas de crescimento da produção de diversos produtos. Tal recultado é parte das mudanças ocorridas a partir da modernização da agricultura e com a introdução e expansão do cultivo da soja, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, adicionando-se também o cultivo da cana-de-açúcar, no estado de São Paulo. Consequentemente, a evolução da produção de 13 produtos no período 1965/1980 na

região sul do país, mostra que as taxas anuais médias de crescimento da produção de cultivos alimentares tradicionais, como feijão, mandioca e banana apresentaram-se negativas ou bastante reduzidas, situando-se abaixo dos percentuais de expansão demográfica das populações, a nível regional e nacional, no mesmo período.

Contudo, vários cultivos alimentares como o tomate, cebola, trigo, arroz, batata e milho têm apresentado crescimento da oferta compatível com o ritmo de expansão da população e com a elevação da renda per capita, no período. Isto mostra uma flexibilidade do sistema de produção agropecuária apresentada pelo sul do país para absorver o impacto da rápida penetração da soja. As razões para este comportamento se baseiam na grande disponibilidade de terras de boa qualidade no Paraná, na possibilidade de "poupar" terras de pastagens para poder convertê-las à produção de lavouras e aos significativos aumentos de produtividade obtidos na produção de alguns alimentos.

As lavouras de abastecimento interno que tiveram crescimento da produção, como a cebola, o tomate e o trigo, não competiram como a soja porque trigo é uma cultura de inverno e a cebola e o tomate são produtos que ocupam pouca área para produção, em relação às demais culturas alimentares.

No que diz respeito à oferta de proteínas de origem animal, a produção de carne avícola cresceu de forma substancial no período de 1973-1985, impulsionada pelas oportunidades de exportação e pela demanda interna, já que representa fonte de proteína a custo mais baixo que a carne bovina. A carne avícola, ao contrário da bovina já alcançou níveis tecnológicos elevados e com uma produtividade que já pode crescer pouco. Contudo, tanto a carne avícola como a bovina são produtos que podem gerar conflito exportador. Uma das causas é que o abastecimento interno tenderá a se agravar se a política cambial e/ou aumentos na produtividade contribuírem para elevar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior.

A demanda por frutas e por legumes e verduras não deverá encontrar limitações impostas pela disponibilidade de fatores de produção ou pela concorrência entre os mercados interno e externo. Sendo assim, os pontos críticos no abastecimento alimentar das regiões Sul e Sudeste,<sup>1</sup> nas próximas décadas, poderão ser a falta de leite e derivados, de carne bovina e avícola. Pode-se ainda prever a necessidade de um aumento substancial na produção de milho e soja para a fabricação de rações destinadas ao consumo animal.

A pequena produção foi deslocando-se, movida pela capitalização do campo, através de surtos migratórios que tiveram início nos anos 50 e dirigiram-se às novas áreas agroecológicas onde puderam encontrar maior produtividade, sem gastos de capital.

---

<sup>1</sup> Os dados, quase sempre, apresentam-se agregados para as regiões Sul e Sudeste, desde que, as unidades de produção são semelhantes nestas regiões e, os sistemas de produção também apresentam-se como um todo.

Em todos os períodos de vinculação da pequena produção às fronteiras agroecológicas, as mulheres trabalhadoras rurais tiveram diferentes e importantes papéis, atendendo, principalmente à produção de alimentos primários e à transformação, para a subsistência e reprodução da força de trabalho da unidade familiar. Ademais, sempre estiveram preocupadas em gerar renda excedente proveniente tanto dos produtos alimentares transformados como do trabalho com os recursos naturais para a confecção de artesanatos.

Quanto a infra-estrutura disponível, as regiões Sul e Sudeste são privilegiadas quando comparadas com as outras regiões do país. Possuem equipamentos de armazenagem, vias de escoamento da produção providas de relativas extensões das redes ferroviárias e rodoviárias e constata-se que a maior parte das safras é escoada pelas rodovias e hidrovias do Sul e Sudeste. Ainda assim, existem lacunas e deficiências que representam elevação de custos dos produtos, atingindo o consumidor final, e perdas significativas da produção obtida, resultando em menores quantidades de produto levados para o mercado. Estas regiões são representativas no abastecimento alimentar de outras regiões do país e a ampliação da infra-estrutura poderá conceder benefícios imediatos para uma perspectiva de desenvolvimento agropecuário de médio prazo.

Tratando-se da região Nordeste, esta tem sua especificidade em relação ao desempenho do setor agropecuário consequente, principalmente, das condições climáticas adversas, refletindo no pequeno produtor e, em especial nas diferentes condições de trabalho da mulher, produtora de alimentos.

Da análise dos resultados do setor agropecuário do Nordeste entre 1965 e 1985 verificou-se que:

- no que se relaciona com o setor agrícola, o que se pode observar é uma tendência negativa da evolução das culturas de subsistência, em detrimento da expansão positiva de culturas industriais como a cana-de-açúcar, cacau e fumo. Esta tendência se fundamenta no incremento da produção que se deveu à expansão da área cultivada. A cana-de-açúcar expandiu-se mais pelo incremento da área do que pela produtividade da terra;
- com respeito ao setor pecuário, evidencia-se uma relativa expansão da pecuária bovina, tendo havido aumento de áreas em pastagens com relação à área total.

A situação de produção de alimentos básicos no Nordeste agrava-se mais, quando se percebe uma projeção crescente das áreas de pastagens somadas em conjunto com o crescimento da produção da cana-de-açúcar e cajú, como retirando-se grande porcentagem da área total destinada ao setor primário da produção.

A problemática de abastecimento alimentar, no Nordeste, tem sido considerada uma das mais complexas e um dos principais desafios a serem vencidos. As políticas nacionais, não sendo diferenciadas por região agudizam, ainda mais, o problema. Por outro lado, inúmeros são os

obstáculos ao crescimento da agricultura do Nordeste, relacionados com a disponibilidade e qualidade dos recursos naturais, com o nível de escolaridade e com as restrições estruturais.

Os estudos sobre a região retratam uma intensa urbanização da população que tem ocorrido como decorrência do fluxo migratório impulsionado, entre outros fatores, por aqueles de ordem climática (secas e cheias) e também devido à concentração da estrutura de posse e uso da terra.

A região é caracterizada como uma das mais pobres do país, sendo que a renda "per capita", da região é extremamente baixa, isto é, cerca da metade da apresentada pelo Brasil e, além disto, altamente concentrada.

As políticas agrícolas em execução nos últimos anos não apresentaram continuidade e foram, geralmente, formuladas para um curto-prazo ou como emergências, por vezes, contraditórias, e por isso, não têm apresentado horizontes para os agentes econômicos em suas decisões no médio prazo.

O desenvolvimento do Nordeste tem que experimentar uma expressiva elevação dos níveis de produtividade na agricultura de alimentos. Este crescimento vem evoluindo negativamente, nos últimos anos, mesmo que, analisando-se os dados agregados, possa ter havido um aumento geral na capitalização do setor rural.

Comparando a relação área por trator, verifica-se que o Nordeste sofreu um decréscimo de 10 mil hectares por trator para 2.300 hectares por trator, entre 1970 e 1980. A relação área/arado decresceu de 109 hectares por arado em 1970 para 57 hectares por arado, em 1980. Esta relação que demonstra crescimento da capitalização do meio rural verificou-se para todos os extratos de tamanho de propriedade.

A grande agricultura tradicional permanece quase sem a introdução de novas tecnologias e, ao mesmo tempo, os recursos naturais são superutilizados nas pequenas propriedades e a fertilidade do solo decresce. O aumento da renda, com melhor distribuição, é outro desafio a ser enfrentado.

Para um aumento de produtividade, será necessário a incorporação de novas áreas à produção de alimentos. Os cálculos realizados em 1988 mostravam que seria necessário aumentar em 88% os rendimentos da agricultura, até o ano 2000, em relação a 1985 e, à área destinada às culturas de alimentos (arroz, feijão, mandioca e milho). Isto leva a reafirmar a necessidade de aumentar a produtividade da terra.

Relacionada a esta necessidade de aumento de produtividade, impoe-se uma imperiosa necessidade de melhoria na qualidade dos recursos humanos. O aumento da produtividade e da produção dos pequenos produtores só será possível com a melhora dos níveis educacionais, de saúde, de bem-estar e condições para a introdução de novas tecnologias.

## **B. A Contribuição das Mulheres na Produção Agrícola**

Todos estes fatores que impactaram no desempenho agropecuário ao qual o pequeno produtor tem sido o responsável por esta grande produção, afetaram ainda mais as mulheres produtoras de alimentos.

Isto porque, com as políticas de modernização, impulsionadas nos anos 60 e 70, intensificou-se o fluxo migratório campo-cidade. A população urbana, que constituía-se 31% da população brasileira, em 1940, passou a experimentar aumentos progressivos, atingindo a magnitude de 68% em 1980.<sup>2</sup> O homem, chefe da unidade familiar de produção rural sai à busca de emprego nas áreas metropolitanas, as filhas dirigem-se à procura do trabalho doméstico nas cidades e a mulher passa a responsabilizar-se pela unidade de produção familiar.

É importante ressaltar-se que houve um crescimento de 45% de mulheres chefes de família, na década de setenta. Em 1980, essas famílias chegam a 15,6% do total de 4 milhões de pequenas unidades familiares, apesar da frequente subestimação das famílias chefiadas por mulheres motivada, não só por questões ideológico-culturais, mas também porque a legislação civil o levava a tal.<sup>3</sup>

A chefia da mulher é um fenômeno predominantemente urbano, associado à pobreza. A acelerada urbanização que levou à intensificação do fluxo migratório, se, por um lado, fez com que o marido saísse à procura de emprego assalariado nas grandes cidades fez, por outro lado, que as mulheres jovens buscassem o emprego doméstico na cidade. Nesta, elas procuravam o apoio familiar e a procriação, mesmo sem que o homem assumisse um casamento, de onde advinham todas as dificuldades de manutenção própria e de arcar com o compromisso assumido com a família que deixou no campo. Contudo, na maioria das vezes, estas jovens mulheres eram e têm sido as que assumem a chefia da família na área urbana e aquelas mulheres que permaneceram no campo, enquanto o homem saía à busca de emprego na cidade, assumiram a chefia da unidade familiar.

Neste momento, somente uma pequena parcela de mulheres permanecem na área rural assumindo a chefia da família e tal fato varia muito em relação às questões regionais e à maior proximidade da unidade produtiva da área urbana, entre outros fatores.

A participação das mulheres no setor da agropecuária no Sul representou, em 1988, 28,7% e no Nordeste representou 23,0%, enquanto que nas regiões Norte e Sudeste e Centro-Oeste do Brasil representam, respectivamente, 10,8%, 15,4% e 6,0%.

---

<sup>2</sup> Último dado oficial processado e obtido do Censo de População. A partir dessa data existem projeções com diferentes metodologias e, portanto, com variações nos totais.

<sup>3</sup> Até 1988, a chefia da família era atribuída, por lei, ao homem mesmo que este não tivesse renda, mas fosse parte da unidade familiar.

A participação das mulheres e sua contribuição sócio-econômica e política apresenta-se sob diferentes formas:

- no apoio à unidade familiar, impulsionando o pioneirismo em direção ao sertão, compartilhando da necessidade de busca de trabalho para a pequena produção rural que demandasse menor emprego de capital e maior produtividade, incorporando-se às terras virgens das fronteiras agrícolas;
- na invisibilidade de sua coragem em enfrentar as condições de ocupantes-posseiros. Esta invisibilidade esconde um potencial de participação a ser desenvolvido utilizando-se das formas de organização associativista. Isto porque, as mulheres em geral, em situações problemas lutam por uma causa e, quando se trata, por exemplo, da ameaça de retirada do direito do uso da terra de trabalho e, principalmente, se ameaçada pela retirada de algum bem que possa abalar a subsistência de seus filhos ou da unidade familiar, como um todo, ela apresenta sua resistência em entregar bens que adquiriu por direito;
- na própria atividade produtiva na agropecuária, como complementação ao trabalho dos homens;
- assumindo a gerencia da unidade de produção familiar para possibilitar o assalariamento dos homens em atividades fora da unidade familiar de produção, tanto na área rural como urbana e responsabilizando-se pelas atividades agrícolas e pecuárias.

As mulheres trabalhadoras do setor da pequena produção agropecuária desempenham diferentes e importantes papéis. Contudo, a questão maior a ser considerada é que, nem sempre, esta participação é visível.

Os intentos de quantificar a contribuição do trabalho doméstico à economia nacional não têm sido exitosos e nem têm modificado esta tradição existente, além de persistir o questionamento se esta variável dimensionada melhoraria as condições de trabalho das mulheres. Uma das causas deste fato e que explica o porque o IBGE possui dados somente sobre o PIB per capita e o PIB geral reside em que só as atividades tradicionalmente consideradas econômicas, formam parte das contas nacionais.

Portanto, a presença das mulheres nos dados de desenvolvimento sócio-econômico do Brasil somente torna-se visível se se trata de atividade econômica ou seja, se são mulheres assalariadas dentro de uma organização formal ou realizando alguma atividade comercial por conta própria. Extrair deste tipo de atividades aquelas relativas ao âmbito doméstico e aquelas vinculadas ao trabalho agrícola sazonal não é tarefa fácil, principalmente em setores como o da agropecuária.

Como tem sido enfatizado neste texto, as próprias mulheres rurais e de outras áreas, evidentemente, declaram sua atividade no âmbito doméstico, registrando-as portanto como donas

de casas, ou seja, como inativas. Este fato é passível de levar a um subregistro do trabalho das mulheres e terá peso subestimado à sua contribuição total ao produto interno bruto, principalmente, quando o questionário utilizado, no que se refere ao item "ocupação", é restritivo.

A entrada da mulher no mercado de trabalho foi significativa e embora ainda existam incongruências na metodologia de coleta de dados no Censos Demográficos e nas Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios (PNADs), as taxas refletem esta incorporação da mulher tanto no trabalho urbano como rural.

É fato que existe um subregistro desta participação principalmente motivado por dificuldade de captar-se dados junto ao trabalho da mulher rural e junto ao setor informal da economia, onde infere-se que é onde a mulher mais participa. Porém, existe uma concordância em que, nos últimos decênios, cresceu notavelmente o registro da participação feminina na PEA. No final dos anos oitenta, segundo as PNADs, mais de 35% da PEA era composta por mulheres, o que significou 21 milhões e meio em 1988 e cerca de 25 milhões no começo dos anos noventa.

De acordo com estimativas realizadas pelo CELADE, com base nos Censos Demográficos, entre 1970 e 1990 a força de trabalho feminina cresceu em 180% em relação à masculina, que foi de 71% durante o mesmo período.

A re-estimação do emprego feminino necessitaria, neste momento que a Constituição de 1988 outorgou à mulher o direito de ser, também, considerada chefe de família, de fazer com que ela própria reconheça que seu trabalho é trabalho com valor reconhecidamente monetário e com contribuição para unidade familiar e para a sociedade. Ao mesmo tempo, que se procedessem à modificações na metodologia do sistema de coleta de informações para melhor dimensionar as atividades das mulheres, principalmente das trabalhadoras rurais cujo trabalho produtivo encontra-se imbricado e difuso, junto às atividades reprodutivas ou domésticas. A pergunta sobre a "ocupação principal", as mulheres rurais, em sua maioria, tendem a responder que sua ocupação principal é o trabalho doméstico.

Uma forma de demonstrar-se uma subestimação da PEA feminina, nos diversos setores da economia, em especial da área rural, pode ser obtida pela análise da informalidade nos setores mais formais da economia. Através da mensuração da proporção de ocupados que não têm Seguro Social, utilizando-se de metodologia como a encontrada em "Mulheres em Dados" (FLACSO-Brasil, 1992). Esta metodologia pode mostrar a proporção de mulheres que estão engajadas no emprego informal que, apresenta-se superior à dos homens. Contudo, ambos os sexos aparecem quase em igualdade de proporção de participação no trabalho informal do setor agropecuário.

Portanto, quando se analisa a proporção de ocupados sem cobertura de Seguridade Social, por sexo, e segundo atividades em 1981 e 1988, a porcentagem de mulheres na agricultura é de 98,1%, em 1981 e 96,7%, em 1988. Por outro lado, a porcentagem de homens na agricultura

também sem cobertura de seguridade social é também alta, 90,5% em 1981 e 89,6%, em 1988. (IBGE, Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios, 1981 e 1988)

Tratando-se da análise do total de ocupados e sem seguridade social, em 1988 a proporção representou 51,7% de mulheres ocupadas e sem previdência social e 48,0% dos homens ocupados e que permaneciam sem previdência social (IBGE). Este dado reflete uma significativa incorporação das mulheres no mercado de trabalho.

Dimensionar a População Economicamente Ativa (PEA) feminina, especialmente da área rural, não é um empreendimento fácil. Os dados contém distorções porque a "cultura do trabalho" assimilada pela mulher, que é identificada como "ajuda" ao marido e admitida pela mulher, fazendo com que ela própria avalie suas atividades como tal.

Este dimensionamento torna-se ainda mais difícil porque as atividades desempenhadas pela mulher no setor produtivo, muitas vezes podem ser combinadas com as atividades reprodutivas ou domésticas, levando a mulher a subestimar a atividade produtiva que realiza e a não reconhecer como trabalho outras que, apesar de produtivas, as considere como domésticas, mesmo que sejam provenientes da transformação de alimentos.

Contudo, nos últimos dez anos, o registro do trabalho das mulheres tem crescido. Os questionários do Censo e das PNADs têm procurado diminuir, o mais possível, a inclusão da resposta "inativo". Em finais dos anos 80, as PNADs registraram que mais de 35% da PEA era composta por mulheres. Este dado representava 21 milhões e meio de trabalhadoras em 1988 e cerca de 25 milhões em início dos anos noventa. (IBGE-PNAD, 1981 e 1988)

Torna-se importante enfatizar que, há que se detectar diferenças no padrão de atividades das mulheres rurais de acordo com questões regionais de caráter sócio-cultural que, por sua vez, provêm das determinações agroecológicas às quais, o pensamento social destinou espaços territoriais do homem e da mulher.<sup>4</sup>

O "Mapa da Fome", elaborado a partir da "Campanha contra a Fome" mostra o estado do Ceará como o estado em piores condições sócio-econômicas e numa situação de pobreza extrema.

---

<sup>4</sup> Entende-se aqui como espaços territoriais do homem e da mulher aquelas áreas de trabalho que o pensamento social as definiu como pertencentes a um ou a outro. Assim, a floresta, o mar e, nem tanto, atualmente, a terra para a agricultura foram tradicionalmente "propriedade territorial" (como espaço de trabalho) pertencente ao homem. Da mesma forma, a casa e especialmente a cozinha o foi ou ainda o é, de acordo com a formação do pensamento social, território da mulher.

## **II. CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS**

As características da participação das mulheres na produção de alimentos apresenta marcantes diferenças quando se compara pequenas unidades de produção com mulheres trabalhadoras rurais da região Sul com aquelas da região Nordeste, em geral.

Este fato ocorre porque as características dos sistemas de produção dos pequenos produtores das duas regiões analisadas são distintas e as influências sócio-culturais levaram também a estas diferenciações. Além disto, a disponibilidade de produtos da agricultura ou da pecuária para a transformação em alimentos apresenta diferenças regionais que necessitam ser consideradas, num estudo desta natureza.

Mesmo assim, pode-se afirmar que a produtividade resultante das atividades de transformação de produtos representa um grande potencial a ser trabalhado com as mulheres rurais, utilizando-se da capacitação e treinamento para a melhora da qualidade dos produtos que já transformam e de outros da natureza que identificados poderão ser também transformados. E, o importante desta atividade é que envolve os membros da família, compartilhando o trabalho com estes e podendo contribuir para o aumento da renda familiar: um projeto a ser assumido pela unidade familiar e fomentado pelas mulheres trabalhadoras rurais.

Em relação à distribuição das mulheres entrevistadas por atividades principais e secundárias, nos casos estudados, a análise englobou o total de mulheres dos estabelecimentos, inclusive nos casos de estudo dos estados de Santa Catarina, Paraná e Ceará envolvendo, portanto, além da mulher entrevistada as filhas maiores de 14 anos. Os dados mostram que na região Sul, 58,8% das mulheres informaram que a sua atividade principal é trabalhar na roça (atividades junto ao cultivo e às criações e na transformação da produção). Esse percentual apresenta-se bastante diferenciado no estado do Ceará, caindo para 1,8%. Esta baixa taxa reflete a situação recente de calamidade climática vivida pela população do Nordeste e já mencionada. Neste estado, 83,6% dedicam-se às atividades domésticas. Na região Sul, 15,25% das mulheres entrevistadas consideram o trabalho na roça como atividade secundária, entretando, no Ceará esta porcentagem subiu para 73,1%

Tratando-se das unidades familiares de produção estudadas e selecionados de municípios dos estados de Santa Catarina e Paraná na região Sul e Ceará na região Nordeste e dos produtos agropecuários previamente definidos como principais verifica-se que, a maioria das unidades produtivas plantam milho, feijão e arroz, ocupando uma área média para plantio 20,8 ha. e para o plantio de "outros" cultivos (soja, café, frutas, hortaliças, trigo, etc) ocupam uma área média de 4,24 ha. Em relação à área média dos 200 estabelecimentos, incluídos nos estudos de caso mencionados, o estado do Ceará apresentou 63,6% de estabelecimentos com área inferior a 5 ha., no estado de Santa Catarina a área média dos estabelecimentos encontrada foi de 32,8 ha. e, finalmente, no estado do Paraná a área média encontrada foi de 28,0 ha., envolvendo um total de 1146 pessoas e uma média de 5,73 membros por unidade familiar de produção. Quanto à faixa de idade dos membros destas unidades verificou-se que 33% são menores de 14 anos, 64% destes estão em idade produtiva, entre 14 a 55 anos e 3,0% apresentam idade superior a 55 anos. As mulheres entrevistadas possuíam uma idade média de 39,9 anos.

A mulher entrevistada, nas unidades familiares de produção dos casos de estudo tomados nas regiões mencionadas, têm uma participação maior junto às atividades pecuárias, atingindo uma porcentagem de 69% das jornadas de trabalho no que se refere ao trabalho com os animais menores. Contudo, é importante ressaltar-se que o número de jornadas de trabalho na pecuária também aparece mais elevado em razão da inclusão dos casos de estudo localizados nos estados da região Sul. O mesmo ocorreu em relação ao número de jornadas de trabalho dedicadas às atividades agrícolas que perfaz uma porcentagem sobre o número de jornadas/ano de 26,5%, elevando o total, sem que, esta participação tivesse sido alta no estado do Ceará em virtude das condições climáticas por que passava o estado.

Quanto a contribuição relativa da mulher rural na força de trabalho identificou-se um percentual de participação de 36,7% do total da força de trabalho da unidade de produção. Aqui também é preciso ressaltar-se que, encontrando-se o estado do Ceará em situação de calamidade pública pela prolongada seca e ressaltando-se que as mulheres entrevistadas nos 100 (cem) casos estudados, neste estado, não souberam ou não puderam responder às questões que comporiam o número total de jornadas de trabalho, tanto os dados sobre a participação das mulheres na produção agrícola como na produção pecuária tornaram-se prejudicados, em relação ao universo dos casos estudados.

Além disto, o percentual de mulheres entrevistadas no estado do Ceará que declaram dedicar-se ao trabalho de transformação de produtos é significativo, 45,7%. Considerando-se, entre outras situações problemas, a questão da calamidade climática que estavam vivendo, este dado mostra a capacidade das mulheres de enfrentamento destas situações pela busca rápida de alternativas de solução e, portanto, superação de problemas que confrontam, com rapidez. Este elemento tem caracterizado a forma de agir das mulheres e constitui-se em capacidade a ser trabalhada para o melhor uso de sua produtividade em prol da qualidade de sua produção que envolve maior e mais eficiente domínio de tecnologias agropecuárias.

A análise de dados secundários e primários mostra que as mulheres rurais têm um papel importante na produção de alimentos e portanto, contribuem, sobremaneira, para a segurança alimentar da unidade familiar. Os dados primários também revelam que:

- As principais atividades domésticas são realizadas pelas mulheres rurais, mas, entre as respostas obtidas das mulheres entrevistadas, nos casos mencionados, foi significativo o dado relativo às atividades junto ao cuidado dos filhos e em seu acompanhamento escolar; 52,2% declararam que estas tarefas eram compartilhadas com outros membros da família, entre os quais está presente o homem.
- das 100 mulheres rurais dos municípios pesquisados, nos estados de Santa Catarina e Paraná, 90 destas mulheres desejam permanecer no campo e das 100 mulheres que mais trabalham e que fazem parte das unidades de produção pesquisadas no estado do Ceará, 78 estão dispostas a permanecer na área rural do que mudar-se para a área urbana. Portanto, do total de 200 mulheres rurais entrevistadas somente 32, o que

representa 16% querem ir para a cidade, embora as causas, deste desejo de permanecer na área rural, devam diferenciar de uma região para outra;

- quanto à participação das mulheres rurais em organizações associativas existe uma marcada diferenciação, em termos gerais, no grau de participação associativista entre os pequenos produtores das regiões Sul e Nordeste. Os casos estudados mostram uma participação diferenciada da mulher rural em Associações: entre as que responderam não participar de nenhuma organização associativa, 16,0% e 44,0% das mulheres entrevistadas eram de Santa Catarina e Paraná respectivamente. Contudo, esta participação relativamente alta, não significa que estas mulheres pertençam a organizações associativas de produtores de alimentos e sim de outros tipos de associações de carácter comunitário. Entre as 100 (cem) mulheres entrevistadas no estudo de caso do estado do Ceará, 95% delas responderam que não participam de nenhuma organização associativa.

Por outro lado, existem poucos, ou nenhum incentivo para o associativismo rural entre pequenos produtores.

Um outro ponto a salientar-se é que a mulher não participa independente do marido e se participa, muitas das vezes, é como apoio logístico à organização associativa em causa;

- quanto à autonomia na tomada de decisões, a mulher rural apresenta diferenças de acordo com as especificidades regionais. As mulheres em sua maioria não participam das decisões relativas à produção, embora tenham ressaltado o fato de que muitas das decisões são compartilhadas. Em geral, ela decide sobre questões menores e relativas aos filhos e o homem em relação às questões econômicas.

Existem, contudo, obstáculos e restrições à participação das mulheres trabalhadoras rurais nas organizações e na tomada de decisões e estas causas, em sua maioria, estão relacionadas à:

- dificuldades com seu próprio baixo nível de escolaridade, 2,09 das mulheres não têm nenhuma instrução dentre os casos estudados nos estados de Santa Catarina e Paraná e esta média sobe para 59,0% naqueles do estado do Ceará. A relação não é muito diferente ao tratar-se dos maridos que representa 6,0% nos casos da região Sul e 45,0% nos Ceará;
- grande preocupação por estar distante de escolas e de serviços de saúde a seus filhos: entre os casos estudados e que se localizam na região Sul, identificou-se que 26,4% dos filhos são estudantes contra 7,0%, no Ceará. Nesta área, onde a família apresentou um número médio de membros de 6,57, de um total de 460 filhos apenas 32 estudavam;
- dificuldades de infra-estrutura de energia, água, de meios de comunicação que levam as mulheres rurais, principalmente as mais jovens, a migrar para as cidades e

assalariar-se, buscando melhores condições de trabalho e de qualidade de vida, que nem sempre as consegue. Encontrou-se a porcentagem de 9,4% de mulheres das unidades familiares de produção dos casos de estudos da região Sul que recebem algum rendimento por trabalho assalariado realizado fora do estabelecimento, embora, por vezes sejam trabalhos temporários e, por vezes, filhas que trabalham fora.

- baixo nível de organização das mulheres rurais impede adquirir um maior poder reivindicatório e portanto, impede de participar nas decisões relativas à gestão na produção, comercialização e na escolha de tecnologias que possam reconhecer serem mais eficientes para a produtividade de seu trabalho.
- se são poucas as mulheres rurais que detêm a titularidade da terra, isto significa dificuldade de acesso à financiamento da produção fazendo com que a produtividade e qualidade da produção seja prejudicada, mas, o principal obstáculo identificado foi o risco apresentado pelas condições de financiamento.

Estes são alguns dos principais obstáculos detectados e que se constituem em bloqueio a uma maior participação da mulher na produção de alimentos.

### **III. CARACTERÍSTICAS DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS**

#### **A. Transformação, Poscolheita e Processamento**

A característica mais marcante da participação da mulher na transformação de alimentos é a interrelação existente entre as tarefas domésticas e o carácter também reprodutivo da transformação, preservação e conservação dos produtos destinados não só para o consumo interno à unidade familiar, como também, com um objetivo de poder comercializar parte da produção que, a própria mulher, decide poder constituir-se em excedente às necessidades do grupo familiar.

A respeito da transformação e processamento de produtos básicos a informação analisada, dos casos de estudo em questão, permite-nos assinalar que existe um desenvolvimento importante das microagroindústrias rurais em todo o país. Em 1985 (ano do último Censo Agropecuário) existiam mais de cinco milhões dessas empresas.

Neste estudo não se logrou obter informações a respeito dessas empresas, embora se saiba que, nelas trabalham homens e mulheres que se utilizam de matéria prima produzida na própria unidade familiar.

Quanto ao processamento dos alimentos produzidos nos estabelecimentos e identificados através dos estudos de caso pode-se comprovar que a maioria dos produtos provenientes da pecuária e da agricultura sofrem algum tipo de transformação na propriedade rural. Assim por exemplo, o milho, a mandioca as frutas e hortaliças são transformadas em diversos produtos tanto para a alimentação da família e dos animais como para a venda. Como derivados da pecuária se destacam basicamente a elaboração de queijos e manteigas a partir do leite e embutidos a partir da carne de porco. Como derivados da agricultura se destacam as hortaliças em conserva e os doces e compotas de frutas.

Identificou-se neste estudo que, do total de pessoas que trabalham na transformação de alimentos na unidade produtiva, 44,6% são mulheres. A participação tanto de homens como mulheres na transformação dos alimentos está muito relacionada com o produto que é tido como de sua responsabilidade. Assim por exemplo, conforme ficou demonstrado na pesquisa, a mulher detém a responsabilidade pela produção do leite e das hortaliças, tanto quanto dos subprodutos deles derivados.

Do total de mulheres entrevistadas, encontrou-se que na região sul 25% destas manifestaram trabalhar em alguma tarefa de processamento e transformação. Dado surpreendente foi encontrado no Ceará onde 73% das mulheres informaram trabalhar na transformação de alimentos. Esse dado, entretanto, se deve em parte a uma estratégia de sobrevivência das famílias rurais uma vez que não tendo obtido nenhuma produção conseguem junto a indústrias da região algumas sobras de mandioca ou cana que são transformadas a nível de estabelecimento rural em farinha, melado e rapadura.

Ademais das tarefas de processamento e transformação, as atividades de pós-colheita são também realizadas nas pequenas unidades produtivas rurais, contribuindo para melhorar o preço final que se obtém pelo produto. Os trabalhos de pós-colheita adicionam valor ao produto através do acondicionamento, classificação e apresentação do mesmo e permite prolongar o tempo de armazenamento melhorando as oportunidades de venda em função de um período de oferta mais amplo.

Contudo, nas unidades estudadas, constatou-se que, o nível de realização dessas atividades de pós-colheita para os produtos básicos selecionados para este estudo é muito baixo. No caso específico dos grãos, o mais usual é que os pequenos produtores após a colheita somente os ensaquem, sem classificá-los, muitas vezes sem pesá-los e logo após a colheita os vendam. Talvez essa seja a explicação para os resultados obtidos através dos estudos de caso que assinalam que somente 12% das mulheres entrevistadas se ocupam de tarefas de pós-colheita.

## **B. Comercialização**

Evidenciou-se nos estudos realizados que grande parte da produção das pequenas unidades produtivas é posta a disposição do sistema de comercialização, em lotes de produtos relativamente pequenos e dispersos.

É notório que o pequeno produtor, por natureza e provavelmente por necessidade, tenha um interesse mais voltado para a produção, e só secundariamente pela comercialização. Comumente ele é um fraco vendedor de seus produtos e, pelo fato de não deter "escala" de produção, não possui nenhum poder de barganha e encontra-se, geralmente, numa relação de dependência do mercado.

Percebe-se que diante de estruturas comerciais altamente especializadas, representadas pelos grandes grupos oligopolísticos, os produtos da pequena produção e das microagroindústrias sofrem uma evidente desvantagem, resultando em danos para os produtores e na duração efêmera dessas empresas. Problemas de embalagem, qualidade do produto em si, ou a falta de padronização e irregularidade na oferta, relegam os produtos oriundos da pequena produção a um plano essencialmente marginal no aspecto comercial.

Além disso, admite-se que em termos de valor agregado ao produto, pequena proporção da venda em relação ao seu preço final ocorre dentro do estabelecimento. A maior parte do valor adicionado verifica-se fora das propriedades rurais nas diversas fases da comercialização que envolvem processamento, armazenagem e transporte da produção.

Tomando-se por base a região sul (uma vez que no Ceará não havia o que comercializar), o estudo nos permitiu identificar que a participação da mulher na comercialização é baixa. Logrou-se obter através dos estudos de casos, uma porcentagem das mulheres entrevistadas que vendessem seus produtos em associações de produtores ou nas Centrais de Abastecimento (Ceasas); 8,0% vendem em cooperativas; 23,0% comercializam em feiras do produtor

(notadamente no Paraná); 21,0% vendem no próprio estabelecimento; 16,0% participa em conjunto com o marido da comercialização dos produtos no comércio atacadista/varejista, mais próximo da zona de produção.

A condição imprescindível e necessária à comercialização é que tanto compradores como vendedores tenham informações adequadas sobre mercados e preços. Isso deve incluir o conhecimento dos preços praticados no mercado local em relação ao produto de interesse, informações gerais sobre a oferta e procura do produto e sobre as tendências futuras. O produtor (vendedor) que não possui suficiente informação de mercado está frequentemente em condições de inferioridade para negociar o seu produto.

O estudo revelou que as mulheres rurais entrevistadas têm baixo nível de informações sobre mercados e preços. A respeito deste fato, o estudo permitiu identificar que as mulheres não têm noção de que as informações disponíveis são insuficientes e creem que as conhecem. Assim por exemplo, embora 89,0% das mulheres da região sul tenham respondido que conheciam as embalagens mais usuais no mercado e que conferem maior valor ao produto, nenhuma soube identificá-las. Da mesma forma 46,5% responderam ter conhecimento do preço praticado no mercado local, contudo não sabiam informar o preço do dia. Em relação ao preço praticado em outros mercados 45,0% das mulheres entrevistadas, na região sul, informaram deter este conhecimento, muito embora também não confirmassem, quando questionadas, sobre o preço vigente. Somente 6,0% das mulheres informaram receber algum boletim sobre mercado e preços e 55,0% revelaram ouvir informações pelo rádio com alguma frequência especialmente quando dispõem do produto para comercializar.

A maioria das entrevistadas no sul (63,0%) tinham consciência da ampla diferença entre o preço recebido na propriedade rural e aqueles pagos pelos consumidores urbanos, entretanto, não sabiam estimar essa diferença por produto.

Quanto a melhor época para vender os produtos 43,0% das mulheres que julgavam conhecer do assunto revelaram que, mesmo tendo essa informação, geralmente, tinham que vender a qualquer tempo em função das necessidades familiares.

O estudo revelou que poucas unidades produtivas realizam alguma função de comercialização considerada relevante. Nos estabelecimentos onde algumas dessas funções são realizadas identificou-se serem compartilhadas por todos os membros da família, em especial o homem, a mulher e alguns filhos maiores.

Um dos fatores que contribui para explicar a pequena participação das mulheres na comercialização pode ser a pouca disponibilidade de tempo, uma vez que após o trabalho nos cultivos e criações ela tenha que se dedicar aos afazeres domésticos. Além disso, pelo fato dessa função ser historicamente desenvolvida pelos homens, a mulher ficou alijada do processo e desconhece os meandros dessa importante e difícil tarefa.

Além disso, o ambiente do comércio é gerido, administrado e executado por atores do sexo masculino, o que contribui para fixar a imagem masculina na transação comercial, e leva a um entendimento errado mas corrente nas pequenas unidades de produção de que, neste ambiente, a mulher seria mais facilmente "enganada" e desta forma essa seria uma tarefa para os homens.

Outro aspecto importante em relação a participação da mulher na comercialização é o fato de que mesmo participando pouco ela influi na tomada de decisão uma vez que esta é geralmente compartilhada. Muitas decisões tomadas aparentemente pelos homens são, sem dúvida, compartilhadas e, talvez impulsionadas pelas mulheres.

Entre as limitações e obstáculos à participação das mulheres na transformação e comercialização de alimentos destacam-se:

- baixo nível de associativismo que obstaculiza fazer com que as negociações que envolvem a obtenção de bons preços ao produto sejam realizadas em conjunto e ao englobar uma maior quantidade de produção, esta transação possa ser mais fácil e eficiente. Estando as mulheres associadas, certamente, teriam maiores informações sobre preços e mercados;
- a existência de pequena diferenciação entre as atividades de transformação e aquelas domésticas que, por séculos, a mulher tem tomado como atribuição sua e que lhes é dada pouco valor como trabalho. Isto leva a que ela mesma veja os produtos de transformação agrícola e pecuária como resultado da continuidade de suas tarefas domésticas e, então, por analogia as tome, também, como pouco valor ou com um valor que pouco cubra as despesas de produção. Tal fato leva aos bloqueios em negociá-los;
- as informações sobre mercados e preços não chegam até a mulher rural e mesmo até ao homem e se chegam estes não estão conscientes sobre o quanto foi gasto ao produzir e por quanto sua produção foi revendida, após ter passado pelas mãos dos intermediários e dos comerciantes. Além disto, o interesse por essas informações só surge, quando se vêm frente a produção colhida e/ou transformada;
- são reais as dificuldades em entender que a qualidade de apresentação de seu produto adquire um maior valor. Este fato emergiu da análise dos casos dos estados do Sul, onde o nível de escolaridade é maior. Contudo, pouco é transmitido sobre este assunto que, na atualidade, apresenta-se como essencial para inserir-se na economia internacional de mercado.
- tais fatos acima mencionados, refletem a falta de orientação e assistência técnica adequada para as mulheres trabalhadoras rurais. Esta transferência de conhecimentos e tecnologias deveria ser coberta, a nível local, com uma maior eficiência da EMATER em saber identificar o lugar da mulher no trabalho rural, e em atender seu desejo de que as atividades secundárias sejam as mais valorizadas. Para isto, teria

a EMATER que promover treinamentos ao seu próprio quadro de pessoal para a introdução de uma perspectiva de gênero às atividades produtivas do setor agropecuário em geral. Contudo, torna-se necessário eliminar-se, primeiramente, a divisão que a própria instituição de extensão rural (EMATER) faz ao distinguir e diferenciar atividades técnicas de atividades sociais, uma dirigida aos homens, pequenos produtores e outra às mulheres produtoras de alimentos, pelas atividades de transformação que, muitas das vezes, se confunde com suas atividades domésticas.



#### **IV. AS CONDIÇÕES TECNOLÓGICAS DAS MULHERES PRODUTORAS E A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

De forma geral, as mulheres manejam aqueles equipamentos que estão associados aos afazeres mais próximos da casa, tais como: equipamentos para a transformação de produtos, que como já vimos, constitui-se em atividade que se confunde com as atividades domésticas e, portanto, seus equipamentos são associados aos instrumentos que utiliza "dentro da casa", ou em seu arredor. Os tachos, balanças, prensa e outros utilizados para tratar os animais como debulhadores e picadores, e mesmos a enxada.

Por outro lado, os pequenos produtores utilizam pouco de equipamentos poupadores de mão de obra e quando os possui, é o homem quem os maneja. O acesso da mulher à tecnologias agrícolas associa-se também ao risco e à incerteza dos produtores rurais, como um todo, quanto às possibilidades de perdas que sempre ocorrem na agricultura. Os incidentes climáticos, as flutuações dos preços dos produtos e a sensação de que, espera-se pela colheita e quando esta chega a produção mal dá para o uso da unidade familiar é um fato. Os pequenos produtores sempre estão atentos aos riscos da perda da colheita, com conseqüências ao financiamento que assumiu e poderá não conseguir pagá-lo com a produção, se algum acidente biológico ou climático ocorrer e mesmo, se a produção não for suficiente para cobrir todo um período de espera pela colheita. As probabilidades de êxito ou fracasso ao assumir os cursos do negócio os deixa sempre cautelosos em arriscar-se assumir esta ou outra técnica que não seja por ele conhecida. Para as mulheres, a tecnologia também se apresenta como um risco de perda de uma produção que sabe estar garantida, pela forma como sempre o fez.

A exploração agropecuária é, por si só, constituída de atividades de alto risco, que o homem procura controlar desde os tempos que começou a cultivar a terra, mas de difícil domínio, mesmo considerando-se os avanços tecnológicos que se possam ser acrescentados a essas atividades. Trabalha-se com um ciclo biológico e estes não podem ser totalmente controlados.

A análise dos dados obtidos dos estudos de caso selecionados nos estados da região Sul e no Ceará na região Nordeste mostra uma maior participação da mulher no uso de tecnologias que estão associadas à transformação de produtos, com uma diferenciação marcante entre as mulheres trabalhadoras rurais do Sul que utilizam algum tipo de tecnologia em relação às do Nordeste. Porém, das diferenças advém de diversos fatores mas, principalmente, das próprias diferenças sócio-econômicas e culturais que caracterizam as duas regiões.

Considerando-se que, como dissemos anteriormente, a mulher tem uma capacidade de reverter rapidamente uma situação para que possa superá-la, este baixo uso de tecnologias poupadoras de mão de obra poderia, certamente, ser revertido se houvesse transferência de tecnologias para a mulher. Estas tecnologias poderão, certamente, ser facilmente assimiladas pelas mulheres rurais se elas estiverem convencidas que podem levar à uma maior incorporação de qualidade à sua produtividade que, sem dúvida, como demonstrou a análise dos dados é alta. Estes mesmos dados revelaram que a contribuição relativa da mulher na força de trabalho da pequena produção atinge um percentual de 36,7% do total de jornadas da agricultura e/ou pecuária que são executadas pelas mulheres.

Portanto, o fator **risco** na utilização de tecnologias e a incerteza em assumir este risco é real e está presente na pequena unidade familiar de produção. Mas, também é verdade que é difícil o acesso da mulher, como também do homem à tecnologias pela falta de disponibilidade e adequação de equipamentos aos pequenos produtores.

A identificação desta falta de domínio da tecnologia na pequena produção, principalmente pelas mulheres pode ser um fator a ser explorado junto com elas e que assumido pela mulher poderá conferir-lhe o "status" de produtora de alimentos. Considerando-se que a participação das mulheres na transformação de produtos é alta, a utilização de tecnologias adequadas para maior produtividade e qualidade aos seus produtos, certamente, agregará valor ao produto.

Alguns obstáculos a este projeto de aquisição do domínio da tecnologia pelas mulheres trabalhadoras rurais podem ser identificados:

- difícil acesso à tecnologias agrícolas, primeiro porque ela mesma, não se considerando como produtora faz com que não se arrisque ou arrisque pouco em solicitar aos técnicos das instituições de apoio à transferência de tecnologias ao pequeno produtor, alguma informação e tampouco treinamento;
- obstáculos encontrados nos próprios órgãos de capacitação e extensão rural que necessitavam ter em consideração as questões de gênero nas atividades do setor agropecuário, território tradicionalmente pertencente ao universo de papéis conferidos ao homem;
- falta de um estudo de tecnologias adequadas ao trabalho da mulher rural que fizesse com que, sua alta produtividade em jornadas de trabalho fosse melhor aproveitada.

## **V. AS POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS E O MARCO INSTITUCIONAL FRENTE ÀS MULHERES PRODUTORAS DE ALIMENTOS**

Enquanto nas políticas macro-econômicas, o setor agropecuário jogou importante papel ao processo de industrialização do país, as políticas específicas para o setor foram tênues e pouco ou nada dirigiram-se aos pequenos produtores agrícolas, grupo que muito contribuiu a este processo de industrialização e, entre este, o grupo de mulheres trabalhadoras rurais, pelo papel e atribuições que passou a exercer no setor agropecuário.

É sabido que, o modelo de desenvolvimento que centrou-se no processo de industrialização por substituição de importações provocou uma urbanização acelerada, com um intenso fluxo migratório campo-cidade. Este fato, determinou a saída do homem do campo à procura de trabalho assalariado nas áreas urbanas e uma relativa permanência da mulher que passou a ocupar, em muitos casos, a chefia da unidade familiar de produção rural. Contudo, mesmo que este fenômeno estivesse ocorrendo, as políticas agrícolas e agrárias que se formularam pouco levaram em consideração as condições de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais e, bem dizer, nada fizeram para uma mais eficiente execução daquelas políticas em que este grupo estava presente.

O caso mais expressivo e exemplo de uma das conquistas dos movimentos sociais, no final dos anos oitenta foi a inclusão da mulher nas questões da reforma agrária e as leis relativas à mulher trabalhadora rural foram incluídas na Constituição de 1988. Em seu artigo 189 que versa sobre os beneficiários da distribuição dos imóveis rurais pela reforma agrária consta um parágrafo único, em que fica expresso que "o domínio, concessão e uso da terra serão conferidos ao homem e à mulher, ou a ambos e independentemente do estado civil".

Portanto, em algumas destas políticas específicas para o setor agropecuário, o movimento social de trabalhadores rurais obteve êxito mas, as questões exitosas e apoiadas em leis necessitariam de seguimento por estes mesmos movimentos para que as políticas agrícolas considerassem, em sua execução, a importância da contribuição do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais, inserindo-as efetivamente nos programas e projetos como participantes e beneficiárias destas políticas.

### **A. Políticas de Manejo da Terra**

A demanda por Reforma Agrária permaneceu como parte dos debates parlamentares do Congresso brasileiro, de 1930 a 1964. A cada reivindicação por reforma fundiária, a resposta continha um componente sugestivo de uma iniciativa político-institucional. Assim, surgiram diversos órgãos como o Departamento de Obras contra a seca, o Serviço Social Rural e, até mesmo, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) surgiu deste "desvio de expectativa".

O Estatuto do Trabalhador Rural foi resultante destes "arranjos" e foi criado para proteger, através de contrato formal, os "bóias-frias". Porém, pouco ou nada protegeu, promovendo efeito contrário de aumento do trabalho sem contrato e sem seguridade social.

As propostas de Reforma Agrária eram, sistematicamente, rejeitadas pelo Congresso. As explicações às resistências para aprovação de medidas reformistas no campo são complexas, mas relacionam-se com o poder político da oligarquia rural brasileira. Em 30/11/1964, a Lei no. 4504 estabeleceu o Estatuto da Terra que foi promulgado pelo Presidente Castelo Branco. A partir de 1964, os mecanismos de subordinação passaram a desestruturar todas as formas de representação de classe, da área rural: todo município passa a ter seu Sindicato que se vinculava às Federações de Trabalhadores Rurais. Estes, por sua vez, estavam conformados dentro do quadro representativo da Confederação dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). Os Sindicatos rurais eram atrelados ao Estado, nos moldes dos sindicatos urbanos estabelecidos no Governo Vargas.

O Estatuto da Terra foi tido, pelos governos militares pós-64 como fundamento para a Reforma Agrária, constante na Emenda Constitucional que assegurava a desapropriação das terras mediante pagamento de dívida pública e assegurava a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, posteriormente denominado Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). O Estatuto da Terra continha os mecanismos de intervenção do Estado nos níveis de Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrícola.

Portanto, os Programas de Colonização e assentamento dos anos setenta foram propícios para a solução temporária à Reforma Agrária e foram tidos como "válvula de escape" aos conflitos sociais no campo. Um Programa de Colonização respondia, quase sempre, a conflitos provocados pela implantação de uma grande usina que, inevitavelmente, expulsava pequenos produtores de sua terra ou respondia à necessidade de concentração de terras para atender às imposições de modernização da agricultura.

A partir de 1985, com a volta do governo civil, a Reforma Agrária resurge na pauta das demandas e discussões do Congresso e da Constituição de 1988. Surge o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Esta proposta apresenta-se como um "programa de prioridade absoluta no concerto da política de desenvolvimento agrícola". O **objetivo geral** era "mudar a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio e assegurando um regime de posse e uso da terra que atendessem aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade, de modo a garantir a realização sócio-econômica e o direito de cidadania do trabalhador rural".

Entre as políticas propostas, além da prioridade do envolvimento e ação articulada dos governos dos estados, outras ações foram previstas:

- política de apoio à produção e à organização dos assentamentos, através do estímulo a todas as formas de associativismo;
- crédito operacionalizado por procedimentos simplificados e com condições especiais de juros e correções monetárias;

- reorientação dos programas de Pesquisa Agropecuária (via EMBRAPA), de Assistência Técnico-Educacional e Difusão de Tecnologia (EMATER), de Educação Rural (MOBRAL), de formação profissional (SENAR) e Programas Especiais para viabilizar medidas adotadas.

No que dizia respeito às mulheres rurais, o MIRAD criou, em 1986, a "Comissão de Apoio à Mulher Trabalhadora Rural" para possibilitar sua maior participação no processo de reforma agrária.

Contudo, após os esforços do PNRA/1985, este deixou questões que puderam ser manipuladas pela ala conservadora do Congresso Constituinte. Mas, as articulações de políticos comprometidas com a questão conseguiram espaços que garantiriam a conquista de algumas das reivindicações da população rural.

As propostas partiram de diferentes movimentos sociais ligados ao campo. A Campanha Nacional de Reforma Agrária (CNRA) apresentou um documento que sintetizava os esforços de diferentes instituições como a CONTAG/CPT/ABRA e outras. O MIRAD e o INCRA, apresentaram documento semelhante. A votação nas subcomissões refletiam as disputas dentro das subcomissões e as debilidades dos documentos levaram a um esvaziamento das reivindicações que demonstraram a necessidade do crescimento e fortalecimento das organizações dos trabalhadores na defesa da reforma agrária.

Dentre estes movimentos que antecederam o processo de reivindicação na Constituição de 1988 contaram com a participação dos grupos de representação dos trabalhadores rurais, inclusive das mulheres trabalhadoras rurais. A "Carta das Mulheres aos Constituintes", 1986, sob a iniciativa do Conselho dos Direitos da Mulher (CNDM) foi elaborada com base na consulta nacional ao movimento social entre trabalhadores rurais e urbanos.

Na Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte houve esforços para que o texto final se aproximasse, o mais possível, das aspirações dos movimentos sociais, desde que a proposição sobre "a função social" da terra apresentou-se como mais retrógrada que o Estatuto da Terra, promulgado em 1964.

O Art. 188 da Constituição de 1988 declara que a "destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política nacional de reforma agrária" e o Art. 189, versa sobre os beneficiários da distribuição dos imóveis rurais pela reforma agrária que, receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

**Parágrafo único:** "O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei".

Após a Constituição de 1988, tomaram-se algumas medidas para que se levasse a efeito uma Política Fundiária. Os obstáculos foram grandes e de diferente ordem.

No Plano de Governo do Presidente Collor, a Reforma Agrária ou a questão da terra não entrava em pauta, mas privilegiava-se a reformulação da Política Agrícola, colocando como principal desafio a ser enfrentado por seu governo: **a produção de alimentos, com a priorização de projetos de investimentos na área de alimentos.**

## **B. Política Creditícia**

Há um reconhecimento de que o crédito rural é um instrumento hábil de política agrícola e capaz de contribuir significativamente para o desenvolvimento do setor agropecuário. Mas, também é verdade que têm sido grandes as dificuldades encontradas pelo pequeno produtor, para beneficiar-se deste instrumento e que os impactos do mesmo na pequena produção são, realmente, reduzidos.

As normas criadas para a concessão do crédito rural, principalmente nos anos setenta, suas constantes modificações e a burocracia institucional estabelecida foram, entre outros, fatores determinantes da exclusão dos pequenos produtores ao acesso a esses recursos.

A análise da sistemática de administração dos recursos do crédito, da concentração desses recursos nas mãos dos grandes produtores e a análise da burocracia estatal que contribuiu para excluir os pequenos produtores do acesso ao crédito confirmam que, o crédito rural no Brasil desviou-se de seus objetivos iniciais, de acordo com afirmações de Santos e Ramos (1988).

Estes mesmos autores analisaram os dados disponíveis e demonstraram que, entre 1966 e 1976, a participação dos pequenos produtores foi reduzida de 34% para 11% no montante do crédito destinado à agricultura. Por outro lado, os grandes produtores elevaram a sua participação de 20% para 53%, sem muita alteração desta proporção, até o momento atual.

Como menciona Mueller (1982), "É verdade que as políticas agrícolas propriamente ditas têm sido marcadas por casuísmos e por avanços e recuos dentro do emaranhado de subsídios, preços mínimos, quotas, tabelamentos, garantias, etc." Uma série de Programas Especiais, como o que recebeu recursos do Banco Mundial - o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) - no Nordeste, em que previa-se o apoio aos pequenos produtores com tecnologia e insumos, grande parte destes recursos serviram de apoio à manutenção da estrutura burocrática do Estado.

O acesso ao crédito pelo pequeno produtor foi sempre restrito e esteve condicionado ao título de propriedade da terra, como garantia concreta de financiamento. Este fato, tão somente, nos leva a afirmar que o não acesso da mulher ao título de propriedade da terra inviabilizava qualquer pretensão de obter crédito para qualquer atividade agropecuária. A unidade familiar de produção viu-se, então, frente ao desafio de tentar diversificar suas atividades, entre as quais aquelas assalariadas na área rural ou urbana, à produção artesanal e a outras atividades, muito embora com pequeno êxito frente à agropecuária estruturada.

Portanto, torna-se evidente que a exigência do título definitivo de propriedade da terra como garantia do financiamento rural obtido é outro fator de exclusão do pequeno produtor. Esta exigência atinge fortemente a mulher rural que não consegue obter crédito, pela falta do título da terra.

Ao mesmo tempo, os recursos financeiros eventualmente tomados pelos pequenos e médios produtores correm os riscos de continuarem a sofrer da incidência de altas taxas de juros, correção monetária pela contínua alta inflacionária da economia brasileira.

Este fato é reforçado pelos dados dos estudos de caso, utilizados neste trabalho, os quais demonstram que é elevadíssimo o percentual de unidades pesquisadas que responderam não terem usado o crédito rural nos últimos anos. Aqueles poucos que o fizeram objetivavam obter recursos para o custeio da lavoura. Desta forma, confirma-se que o crédito de comercialização não é usual na pequena produção.

Outro instrumento de política agrícola o qual vinculou-se ao crédito rural é o seguro agrícola. O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) foi considerado como um recurso que poderia ser utilizado pelo pequeno produtor para proporcionar segurança contra as adversidades climáticas, o surgimento de pragas e doenças diversas. Contudo, tem sido muito mais instrumento de apoio às instituições financeiras para que não sofram prejuízos do que apoio ao pequeno produtor e, muito menos de apoio às atividades produtivas desenvolvidas pela mulher rural.

A Constituição de 1988 determinou Fundos Constitucionais para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste a fim de apoiar o processo de desenvolvimento destas regiões.

O conjunto de medidas econômicas do Plano de "Reconstrução Nacional" proposto pelo Presidente Collor criava uma linha de financiamento de projetos agrícolas. Tratava-se dos Fundos de Aplicações Financeiras providas de poupança rural. Previa-se, também, a formação de um banco privado de crédito rural cooperativo para o que recomendava-se um impulso ao movimento cooperativo.

Contudo, a viabilidade da pequena produção está demandando uma total reformulação do sistema produtivo e com uma orientação específica para as necessidades concretas do grupo de produtores rurais. Esta reformulação poderia corrigir as distorções provocadas pelo Sistema Creditício que nos últimos 30 anos concentrou a maioria dos recursos públicos em incentivos que beneficiaram, tão somente, um pequeno extrato de produtores agrícolas.

### **C. Política de Geração e Transferência de Tecnologia**

Considerando-se as questões do desenvolvimento agroeconômico, a tecnologia agropecuária passa a ter valor efetivo quando é incorporada ao processo produtivo, isto é, quando é efetivamente adotada pelos produtores rurais ou agroindustriais. Estes instrumentos demonstram os aspectos

sociais e políticos de dirigir a geração e a difusão de tecnologia para o atendimento da demanda por conhecimentos técnico-científicos e inovações tecnológicas.

Os condicionantes que bloqueiam atingir os objetivos de cada um desses instrumentos são diversos. Pode-se, porém, destacar alguns destes, como: as características individuais, o tamanho e localização dos estabelecimentos, o regime de posse da terra, a disponibilidade de mão-de-obra, as condições de mercado como as relativas aos preços de insumos e produtos, canais de comercialização, o acesso à informações para subsidiar a tomada de decisões e o seu acesso a políticas governamentais de fomento, crédito, preços mínimos, seguro agrícola e outros.

Pode-se inferir que a eficácia desses instrumentos de tecnologia depende de sua capacidade de colocar à disposição dos produtores rurais os conhecimentos tecnológicos que possam atender às suas necessidades específicas, definidas em função de fatores condicionantes.

Tratando-se do desenvolvimento da **pesquisa agropecuária**, esta foi estimulada mais com o objetivo de atender às necessidades dos grandes produtores de culturas de exportação. O processo de modernização da agricultura brasileira, impulsionado nos anos sessenta com a instalação da indústria de fertilizantes, agrotóxicos e máquinas agrícolas, não só contribuiu com a reprogramação das linhas de pesquisa mas, também, com a crescente urbanização do país.

Neste período, o crédito rural subsidiado, e orientado na sua aplicação pelo serviço de assistência técnica levou os pesquisadores a preocupar-se com a produtividade da terra e do trabalho, notadamente para as culturas de exportação. Este fato torna-se evidente quando, no período 1961-79, os produtos alimentares tradicionais como arroz, feijão, mandioca e milho, produzidos pela pequena produção, tiveram seus rendimentos nulos ou até decrescentes, enquanto que os produtos voltados para a exportação como cacau, café, soja, algodão e cana-de-açúcar apresentaram rendimentos positivos (Alves, 1984).

Na década de sessenta criou-se o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA), no Ministério da Agricultura objetivando estimular, orientar e coordenar a pesquisa agrícola nacional.

Este Departamento não conseguindo responder às demandas por novas tecnologias que não fossem adaptações daquelas importadas e, portanto, não conseguindo atender às demandas emergentes, o Estado promove mudanças nesta área. Foi quando extinguiu-se o DNPEA e criou-se, em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, de caráter público e vinculada, também, ao Ministério da Agricultura.

O modelo de geração de tecnologias adotado pela EMBRAPA estabeleceu duas dimensões de atuação:

- execução direta da pesquisa através de centros nacionais de pesquisa por produto, centros regionais de recursos e uniades de pesquisa de âmbito estadual;

- ação coordenada, programática e normativa das pesquisas de âmbito estadual, que, por delegação, seriam realizadas por empresas estaduais ou programas integrados, também desenvolvidos no estado outras por outras unidades de pesquisa. Este conjunto compõe o então chamado Sistema Cooperativo Agropecuário-SCPA, dirigido pela EMBRAPA.

Este modelo alternativo constituía-se em dirigir as pesquisas para determinar atividades e produtos, de modo a viabilizar a montagem de sistemas de produção para oferece-los aos agricultores e pecuaristas. Desenvolveu-se em Centros Nacionais e Regionais, caracterizando-se pela concentração de pesquisadores, pessoal de apoio e recursos financeiros voltados para um produto ou, no máximo três produtos agrupados. Tudo isto voltado para a produção de tecnologias para compor um número máximo de sistemas de produção, que pretendiam ser adaptadas pelo sistema estadual de pesquisa de acordo com as peculiaridades de cada região.

A EMBRAPA estimulou e contribuiu significativamente para o desenvolvimento tecnológico voltado ao setor agropecuário. Alguns resultados também se voltaram aos pequenos produtores. São tecnologias, em parte, dirigidas ao conhecimento sobre manejo e tratos culturais, uso eficiente dos chamados insumos modernos e tecnologias de preservação do meio ambiente. Essas tecnologias não são poupadoras de mão-de-obra, como é o caso das tecnologias mecânicas. Pelo contrário são tecnologias que tendem a aumentar a demanda por serviços, com uso mais intensivo da força de trabalho rural e, especialmente, da unidade familiar. Esta situação passou, por conseguinte, a exigir uma maior participação da mulher no setor produtivo e, portanto, acesso à capacitação.

Entretanto, constata-se, que em nenhum momento, na literatura sobre o setor agropecuário e suas pesquisas faz-se alguma indicação de tecnologias destinadas, e/o facilitadas no seu uso, à mulher produtora e participante direta do processo produtivo.

Acredita-se que o maior obstáculo à adoção de tecnologia resida no próprio ambiente sócio-econômico da pequena produção. Este ambiente seria especialmente discriminatório no caso dos pequenos produtores. A política econômica vigente, a medida que aumenta o preço dos insumos, reduz o preço dos produtos e aumenta a flutuação dos preços, e com isso torna inviável o processo de adoção de tecnologias que exijam maiores investimentos e maiores riscos na fase de implantação.

A EMBRAPA se caracteriza por apresentar uma forte concentração de pesquisa em áreas estratégicas. Essas áreas dizem respeito a produtos destinados à alimentação, à exportação, à produção de energia na agricultura, a produtos destinados ao processamento industrial e ao aproveitamento racional dos recursos naturais. Mas, a questão para quem é pouco discutida.

A partir do Decreto Presidencial, de outubro de 1990, que atribuiu à EMBRAPA a coordenação do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural, há indícios de que a Empresa tem repensando sua metodologia e planejado ações para melhor interagir com a sociedade e melhor planejar e executar o seu trabalho.

#### **D. Política de Extensão e Capacitação**

A política de extensão obteve um impulso na década de setenta através do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBRATER) do qual a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) fazia parte, além de 25 empresas públicas estaduais de extensão rural, vinculadas às secretarias de agricultura, em todas as Unidades da Federação.

O objetivo central da extensão rural foi o de contribuir para mudanças sócio-econômicas e culturais, em curso, no meio rural. Fundamentava-se na assertiva de que, aumentando-se a produtividade da terra e da mão-de obra, o agricultor tenderia a transformar-se em empresário agrícola. Atribui-se ao SIBRATER alguma influência nestas mudanças propostas e um intento de direcionamento para o apoio aos pequenos e médios produtores.

As atuações do Sistema levaram a um definido impacto na modernização da agricultura, resultando também em maior interiorização de técnicos de ciências agrárias e da adoção de metodologia abrangente de ação do SIBRATER. Atuou em todas as unidades da federação, constituindo-se em empresas estaduais vinculadas às Secretarias de Estado da Agricultura.

A atribuição central da assistência técnica e extensão rural constituiu-se na transferência de tecnologia agropecuária e gerencial, com vistas à melhoria da produção e da produtividade dos cultivos da terra.

Em relação às mulheres trabalhadoras rurais. O Sistema desenvolveu atividades voltadas, principalmente, às áreas de saúde, nutrição e educação, ignorando que as mulheres na área rural também necessitavam de capacitação técnica já que, estas encontravam-se integradas nas atividades agrícolas, há muito.

A Empresa manteve um quadro de extensionistas técnicos composto por agrônomos que se encarregavam da transferência de tecnologia aos pequenos produtores, geralmente aos homens e de extensionistas sociais. Estas eram, em sua maioria, economistas, domésticas ou assistentes sociais que se encarregavam a trabalhar com a mulher "dentro da casa", objetivando transferir conhecimentos de certa forma distanciados de sua realidade de trabalho no campo.

As extensionistas sociais buscavam também transmitir técnicas de transformação de produtos, com objetivos de melhorar a qualidade nutricional das unidades familiares de produção, mas, caracterizadas como extensão das atividades domésticas da mulher. Pouco ou nada puderam atuar junto a mulher em suas atividades agrícolas e os extensionistas técnicos pouco fizeram para que, tecnologias adequadas ao trabalho das mulheres trabalhadoras rurais promovessem maior produtividade e qualidade ao produto. Porém, não transferiu-se tecnologias adequadas nem para a mulher e nem para o homem, uma vez que, a EMBRAPA tem desenvolvido uma insignificante produção de tecnologias que sejam adequadas ao pequeno produtor.

A capacitação da mulher, geralmente realizada pela EMATER, dizia respeito às atividades de transmissão de conhecimentos nas áreas de nutrição, saúde e educação para o lar. Pouco dirigiu-se a um intento de transmissão de conhecimentos para o domínio de tecnologias de produção e mesmo de transformação de alimentos que conferissem maior racionalidade e eficiência às suas atividades produtivas na agropecuária.

A transferência de tecnologia pela EMATER, de forma geral, e em consequência deste modelo, privilegiou o pequeno produtor homem em detrimento da capacitação da mulher nas atividades produtivas da área rural. A ela destinavam-se programas de assistência social e não técnica, quando as mulheres já se encontravam trabalhando nas diversas fases da produção agrícola. Seu trabalho produtivo considerado, então, como extensão dos trabalhos domésticos dentro da casa e ao seu redor, reforçou uma posição que estas mulheres sempre adotaram e promoveu uma discriminação ao direito de acesso ao conhecimento e assimilação de tecnologias agropecuárias.

### **E. Política de Comercialização**

As políticas de comercialização mais adotadas no Brasil, nas últimas décadas relacionaram-se a:

- **Política de subsídios de preços:** objetivou garantir aos produtos o recebimento de um preço acima daquele de equilíbrio. Entretanto, centrava-se em produtos que não faziam parte dos cultivos tradicionalmente realizados pelos pequenos produtores e que compoem a cesta básica para a unidade familiar. Portanto, esta política não chegava às mulheres.
- **Política de controle da produção:** adotada pelo governo como forma de controlar diretamente a produção, e a conseqüente oferta de produtos, através da distribuição de quotas de produção por região ou para determinadas usinas. Essa política também não beneficiou a pequena unidade de produção uma vez que dirigiu-se para lavouras como a cana-de-açúcar que retirava do pequeno qualquer pequeno pedaço de terra que pudesse plantar para a subsistência da unidade familiar.
- **Política de Tributação de Produção:** esta política atinge indistintamente aos grandes e aos pequenos produtores por tratar-se da tributação no comércio e onera a produção, o comércio e o consumo de produtos agrícolas. Por tratar-se de um tributo estadual, o imposto de circulação de mercadorias (ICM) apresenta algumas isenções diferenciadas, por produto de um estado para outro. Parte dos produtos que compoem a cesta básica e que provêm das pequenas unidades de produção têm tarifas reduzidas ou são isentos de tributos.
- **Política de Implementação de Infraestrutura:** esta recebeu expressivo apoio governamental a partir de 1969, quando iniciou-se o programa de implantação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (CEASAS). Esta política

proporcionou uma relativa aproximação do produtor ao consumidor final. Beneficiou tanto aos grandes como aos médios e pequenos produtores rurais, em especial aos hortifrutigranjeiros.

- **Outras Políticas de Mercado:** o crédito à comercialização; os estoques reguladores; transporte; informação de mercado e preços; e a política de controle de preços, via tabelamentos que têm sido adotadas no país há mais de trinta anos, como no caso do mercado de leite.

Para implementar estas políticas de mercado os instrumentos de ação do Estado são: **crédito à comercialização, preços mínimos, informações de mercado, classificação e padronização, armazenagem e outras.** Contudo, tais políticas sempre foram orientadas para atender médias e grande unidades de produção.

Além do pouco acesso a esses instrumentos da política de mercado, os pequenos produtores defrontam-se com uma extensa cadeia de intermediação até os consumidores finais. Isto significa dificuldades adicionais ao poder de negociação que, no caso da mulher trabalhadora rural constitui-se em bloqueio à negociação da produção e de difícil superação, pela complexidade que todo o processo de intermediação comercial traz implícito.

#### **F. Políticas, Programas e Projetos de Desenvolvimento Rural**

Entre estas políticas, pode-se extrair algumas que, de certa forma, tornaram-se projetos de "Welfare State" e foram marcados pelo assistencialismo. Muito embora, tenham logrado, em alguns casos, aumentar a renda da unidade familiar, as perspectivas de genero não foram incorporadas na formulação destes projetos, portanto, desconsiderou-se o trabalho que a mulher já há muito desenvolvia, na área rural. Entre elas, temos:

- **Política de Desenvolvimento de Comunidade:** possuía como objetivo apoiar as populações das áreas rurais e urbanas na redução da pobreza;
- **Política de Desenvolvimento Rural Integrado, (PDRIs):** a implantação desta política constituiu-se em resultado da não execução da Política Agrária que, como já amplamente descrita, utilizou-se de políticas variantes ou desviantes que abrandassem conflitos sociais;
- **Política de Apoio ao Pequeno Produtor:** para o desenvolvimento efetivo dos PDRIs, utilizou-se de financiamentos externos destinados ao "apoio ao pequeno produtor", com projetos de implantação de infraestruturas, principalmente irrigação e geração de renda, mas, continham objetivos de alcançar o desenvolvimento de forma integral, incluindo-se o implemento à educação e saúde, para cumprir com a finalidade de um desenvolvimento rural integrado.

Neste sentido, um dos programas orientados pela concepção de um desenvolvimento rural integrado do Nordeste foi o "Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais" - PAPP. O PAPP foi administrado, primordialmente, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Assim sendo, este programa articulou as atuações com diversos componentes orientados ao apoio à produção em todos os estados do Nordeste brasileiro.

Com recursos providos do Banco Mundial, o PAPP foi elaborado tendo-se em conta uma duração de 15 anos e sua meta era atingir diretamente a 2 milhões de unidades familiares rurais. Pretendia incorporar outras 800 mil unidades de produção rural através de atividades afins, influenciadas pelo PAPP.

Para alcançar seus objetivos, o PAPP enfatizou o componente de mercado com vistas a facilitar o acesso dos pequenos produtores ao mercado de produtos, insumos e alimentos básicos, buscando conseguir o aumento da sua produção agrícola e de sua renda.

Estratégicamente, alguns componentes do Programa foram implementados por cooperativas e associações de produtores com apoio de entidades estaduais e orientadas para:

- a organização e compra da produção;
- o abastecimento de insumos agropecuários e de alimentos básicos;
- oferecimento de infra-estrutura de apoio e de serviços de informação e orientação do mercado agrícola.

A avaliação da execução do PAPP realizada "ex-post" demonstra a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de supervisão e de avaliação periódica dos impactos-sócio-econômicos destes modelos de projeto sobre os pequenos produtores e poder-se, durante seu transcurso, alterar-se as formas de implementação e mesmo seus objetivos com o fim de atingir-se, efetivamente, o grupo-meta - os pequenos produtores.

Contudo, estes projetos foram concebidos e implementados sem considerassem o trabalho que as mulheres rurais já executavam junto à agropecuária deixando, como já mencionado, de incorporá-las como protagonistas e beneficiárias destes projetos.

Muitas são as conclusões sobre os programas de desenvolvimento rural integrado levados a efeito nos anos setenta e seu impacto até o presente momento. Contudo, tomando-se aqueles que objetivavam o desenvolvimento rural integrado podemos ressaltar alguns obstáculos que contribuíram para sua pouca efetividade:

- houve falta de um enfoque global no qual as Estratégias da Políticas da Desenvolvimento Rural pudessem ter caráter nacional, mas com uma perspectiva que as vinculassem às necessidades do mercado interno e externo;

- as Estratégias de Desenvolvimento Rural não estavam dentro de um contexto econômico e político a fim de serem também implementadas junto a níveis de decisão mais altos, tentando evitar-se contradições com outros objetivos da política econômica.
- houve a necessidade de identificação de "grupos-meta" e o como neles se inseria o trabalho das mulheres rurais, para a formulação de políticas pertinentes;
- faltou a participação dos beneficiários nas etapas de formulação de idéias de projetos agropecuários, portanto, envolvimento dos pequenos produtores para que estes se apropriassem de seu projeto;
- faltou ter dado importância à incorporação das mulheres nos projetos de desenvolvimento rural, não como sujeitos-acessório do projeto ou como "um componente do projeto representado pelo trabalho para ou com a mulher" - mas como parte integrante do mesmo, tornando-as agentes e beneficiárias produtoras, em condições de equidade;
- faltou ter buscado a sustentabilidade das atividades de desenvolvimento rural, com avaliações "ex-ante" e "ex-post" dos projetos, considerando-se não só os aspectos quantificáveis, mas também as variáveis qualitativas nas atividades de análises de custo-benefício ou de custo-efetividade;

Contudo estes programas de desenvolvimento rural possibilitaram selecionar e definir estrategicamente, o marco institucional onde um programa de desenvolvimento rural pudesse ser implementado, considerando-se a presença de fatores políticos e técnicos a serem enfrentados em sua implementação.

Neste momento, torna-se importante resgatar-se esses fatores mencionado enfatizando-se a necessidade de busca do desenvolvimento das ações descentralizadas, atendendo a população no campo e cumprindo o estabelecido na Constituição de 1988 que preconiza a descentralização das ações do Estado, em todos os setores de atividades.

Tais ações levariam a uma maior eficácia na utilização de recursos financeiros cujos benefícios chegariam mais diretamente às unidades de produção familiar do setor agropecuário. Só assim, os pequenos produtores e entre eles as mulheres trabalhadoras rurais, os verdadeiros protagonistas do desenvolvimento rural, poderão ter condições de serem os beneficiários diretos da política agropecuária.

#### **G. Políticas Existentes Relativas à Mulher Rural**

É importante ressaltar-se que as políticas dirigidas ao setor rural têm, geralmente, excluído a mulher como produtora e as políticas de geração de tecnologias e extensão rural que existiram

e ainda existem têm desenvolvido ações junto à mulher e suas atividades de transformação "dentro da casa", reforçando seu papel de responsáveis pela reprodução da força de trabalho da unidade familiar, sem considerar sua participação efetiva na produção de alimentos.

Quanto à questão da terra, as propostas de política de reforma agrária não se referiam à necessidade de se considerar a mulher trabalhadora rural, embora a Constituição de 1988 chegasse a contemplar a mulher com a possibilidade de ser titular de parcelas de terra, provenientes de programas de assentamento de populações tanto na área rural como urbana.

Torna-se importante, contudo, enfatizar-se que, as mulheres trabalhadoras rurais tiveram uma participação ativa nas reivindicações de direitos relacionados à questão da terra, quando do movimento social liderado pelos Sindicatos, Federações e pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) atuando para a conquista de direitos a serem incorporados na Constituição de 1988.

Neste processo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) teve papel primordial chegando a atuar através de uma coordenação específica de trabalho com as mulheres rurais. Contudo, as limitações do CNDM, como Conselho vinculado ao Ministério da Justiça, não lhe proporcionou condições para um trabalho mais efetivo, de acompanhamento da regulamentação das leis ordinárias e da efetividade do que se incorporou à Constituição, em relação às questões da mulher.

O fato é que, embora existissem programas e projetos para a mulher rural, no Ministério da Agricultura, no Ministério de Reforma Agrária e Desenvolvimento e no Instituto de Colonização e Reforma Agrária estes eram frágeis politicamente e tiveram uma implementação limitada e isolada dos outros programas. Estes fatos levaram à persistência da invisibilidade do trabalho da mulher e, em alguns casos, ao reforço de seu não real acesso à terra, à tecnologia agrícola e à pecuária e ao seu associativismo para melhor integrar-se ao mercado.

Atualmente, muito pouco ou quase nenhum programa incorpora as mulheres como trabalhadoras na produção rural e como importantes contribuidoras na renda familiar através de suas atividades na transformação de produtos e mesmo na agropecuárias, de forma que, sua alta produtividade na área rural, como demonstrou a análise dos dados dos estudos de caso, subsídio a este trabalho, pudesse ser melhor trabalhada.



## **VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

### **A. Conclusões**

As conclusões e recomendações apresentadas neste trabalho emergem da análise de dados secundários e da análise de dados levantados nos estudos de casos tomados dos estados de Santa Catarina e Paraná, na região Sul e de estudo de caso realizado no estado do Ceará, Nordeste. A metodologia de estudo bem como os objetivos e itens a serem estudados através dos documentos elaborados - "Diagnóstico e Políticas" e "Tecnologia e Comercialização" - foram definidos pela Coordenação Geral do Projeto IICA/BID, bem como as conceituações relativas à: mulher produtora de alimentos, mulher em atividades reprodutivas ou domésticas, atividade produtiva e unidade de produção camponesa.

Evidenciou-se que as mulheres rurais são trabalhadoras que produzem alimentos, artesanatos ou outros produtos primários ou transformados, com valor de mercado, mas que este trabalho desenvolvido em concomitância com seu trabalho doméstico tem um valor de dupla jornada, de difícil dimensionamento. Mesmo assim, é possível verificar-se sua produtividade e participação na renda familiar e sua, cada vez, maior entrada na força de trabalho economicamente ativa.

Apesar, portanto, do precário apoio governamental e da pouca qualificação para o trabalho que as mulheres desempenham junto às atividades pecuárias e da agricultura, as mulheres passaram a participar das atividades do pós-colheita e as atividades de transformação, apoiando na manutenção da unidade familiar de produção e contribuindo para a geração da renda familiar.

Esta falta de apoio identificada não diz respeito, tão somente à mulher produtora de alimentos, mas, ao pequeno produtor em geral. As políticas voltadas à mulher rural, quando efetivamente existiram, pouco impacto obteve sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres trabalhadoras rurais e além disto, tiveram uma curta sobrevivência. Algumas destas políticas, como anteriormente descritas, refletiram conquistas do movimento organizado de mulheres que, obtendo êxito em suas reivindicações, transformaram-se em leis, como a questão da concessão de titularidade da terra também às mulheres da área rural e dos assentamentos urbanos e as legislações trabalhistas. Porém, torna-se importante fazer com que estas leis não se transformem em letras mortas e que as ações para torná-las efetivas existam, de fato.

Isto diz respeito a todas as políticas, programas e projetos direcionados às mulheres rurais que, tornando-se inativos, fizeram com que: as mulheres trabalhadoras rurais permanecessem sem possibilidades de acesso efetivo à propriedade da terra, ao crédito e, especialmente, à assistência técnica adequada e direcionada às suas atividades agropecuárias.

Contudo, a concomitância entre o trabalho das mulheres em atividades reprodutivas e produtivas, na área rural tem sido um fator que continua a confundí-las, deixando-as sem saber se são trabalhadoras ou se são "ajudantes" do marido, sem que elas próprias considerem seu trabalho, como trabalho produtivo e que, portanto, possui um valor de mercado.

Mas, até que ponto, pode-se, facilmente, diferenciar para dimensionar-se, o trabalho reprodutivo tido, neste estudo, como doméstico daquele trabalho aqui denominado de produtivo? O trabalho

produtivo também é reprodutivo da força de trabalho, desde que parte dele é destinado a manter a segurança alimentar da unidade familiar e somente, outra parte, aquela parcela excedente é que se vende ou se troca.

Os problemas relativos ao reconhecimento da posição das mulheres como produtoras de alimentos e contribuindo à renda familiar, junto à unidade familiar de produção e junto ao governo e sociedade civil, ainda persistem. O importante papel da mulher na produção ainda não lhe confere possibilidades de maior acesso às diferentes políticas e programas, quando implantados e implementados e suas condições de trabalho estão a exigir um tratamento adequado.

Como consequência, permanece inalterada a seguinte situação: mesmo que, entre pequenos produtores se desenvolvam sistemas agrícolas familiares mais igualitários e que as mulheres rurais tenham um papel importante na produção de alimentos, isto não significa que elas tenham superado a subordinação ou que hajam melhorado sua condição de vida e de "status" social.

Um importante fato que se constatou das análises dos dados levantados para este estudo e que se apresenta como fundamento para as recomendações e propostas de políticas é que: o desenvolvimento rural capitalista, a tecnologia moderna e uso de instrumentos mais sofisticados na agropecuária, assim como, a mecanização não necessariamente integram ou discriminam as mulheres trabalhadoras rurais. Sua integração ou não integração depende de condições específicas dentro das quais a organização familiar é um fator importante.

É importante ressaltar-se que, o estudo conclui que as mulheres trabalhadoras rurais permanecem sem apoio governamental para que, programas e projetos lhes possibilite acesso à tecnologias adequadas e que seu trabalho seja profissionalizado. Este fato é significativo porque mostra que o trabalho das mulheres rurais não está sendo coberto pelas **políticas governamentais**.

A invisibilidade das mulheres trabalhadoras rurais, pelos formuladores de políticas também reflete a falta de um indicativo de que elas sejam vistas por si mesmas, como trabalhadoras. Sua ausência nas políticas e nas ações de apoio ao uso de tecnologias, nas formas de comercialização dos produtos demonstra também que ela não está capacitada para a reivindicar políticas, principalmente, aquelas que mais afetam o pagamento por seu trabalho como: política de mercado e de preços para o pequeno produtor sob uma perspectiva de gênero, programas que capacitem as mulheres produtoras de alimentos a utilizar de formas alternativas de comercialização e, mesmo que possam enfrentar os intermediadores e compradores e programas que as leve a adquirir condições para reivindicar seus direitos como produtora de alimentos e que os pequenos produtores sejam vistos como trabalhadores voltados à proporcionar a segurança alimentar e, portanto, tomados com mais acuidade pelas políticas públicas como equidade de gênero.

Conclui-se, portanto, que as políticas voltadas à mulher rural houveram e que uma instância superior de "espaço" de negociações para a incorporar as reivindicações das mulheres na Constituição de 1988 houve, mas que, este "espaço" criado e os programas implantados para a

**mulher rural junto aos Ministérios da Agricultura e da Reforma Agrária, entre outros, não foram suficientemente efetivos no sentido incorporar as mulheres nas políticas públicas, com equidade de gênero.**

**Será que a institucionalização de movimentos sociais das mulheres possa ser o adequado caminho para que estas sejam vistas sob um modo específico de "ver a realidade"? Com certeza que não o foi. A institucionalização das questões da mulher levou a reforçar a ideia de que, o que as mulheres desenvolvem são atividades de menor valor no conjunto das atividades de desenvolvimento. Assim como os projetos específicos, como ou para a mulher, levaram a um isolamento das questões maiores, a institucionalização das questões relativas à mulher rural também levou ao mesmo resultado. Tornaram-se programas isolados, dentro de um contexto amplo ministerial, e o propósito de incorporar-las a partir de suas atividades produtivas, como produtoras e não a partir de suas atividades como mulheres não se efetivou.**

**Deixou-se, portanto, de incorporar as atividades das mulheres nas atividades centrais de desenvolvimento rural: aquelas que conferem poder de decisão, considerando suas atividades como fatos relativos à produção familiar e às relações que estabelecem como pessoas que desempenham papéis diferentes e desiguais junto ao setor agropecuário e que, portanto, necessitam de modos de desempenhá-los diferentes.**

**A análise de dados primários e secundários, subsídios para o presente trabalho levou-nos a algumas afirmações:**

- **o estudo evidenciou uma desatenção governamental para como o setor rural em geral e, em especial, para com a pequena produção sob uma perspectiva de gênero; que as políticas públicas dirigidas ao setor rural têm excluído as mulheres ou têm colocado no isolamento, mesmo que, programas para a mulher tenham sido implementados, mas que, atualmente, inexistem;**
- **percebe-se que em todas as frentes de expansão e movimentos sociais agrários emergiram importantes papéis desempenhados pelas mulheres, como elemento impulsionador na luta pela sobrevivência da unidade familiar de produção ou na luta pela terra ou pelo aumento da produção ou na luta pela busca de alimentos de forma diferente e desigual, principalmente, junto ao pioneirismo do enfrentamento do sertão:**
- **que as mulheres rurais, a partir de fatos concretos da realidade como o "pioneirismo" mencionado revelou sua capacidade de reverter situações problemáticas, enfrentando-as sem deixar de, a sua forma, serem produtoras de alimentos provenientes da área rural. Os estudos de caso, base para este trabalho fez evidenciar estes fatos através da expressiva participação das mulheres na transformação de produtos, dado que emergiu com especial ênfase no estudo de caso realizado no estado do Ceará onde, por questões de calamidade climática, foi baixa ou nula a participação das mulheres nas atividades agrícolas e pecuárias, mas encontrou-se alta participação destas, nas atividades de transformação;**

- constatou-se, com base nos estudos de casos realizados nos estados do Sul e no Ceará que, as mulheres trabalhadoras da área rural apresentaram expressiva taxa de participação no trabalho das unidades familiares de produção (36,7% do total da força de trabalho);
- os dados mostraram que, as mulheres participam mais nas explorações pecuárias; nas quais o estudo de campo revelou serem responsáveis por 55,8% das jornadas de trabalho;
- uma importante constatação apresentada pelos dados dos estudos de casos realizados é a significativa participação das mulheres nas atividades de transformação de produtos de origem animal e vegetal, representando 44,6% do total de pessoas envolvidas nessas atividades;
- o estudo mostrou um baixo grau de escolaridade destacado entre as mulheres, muito embora o nível educacional de homens e mulheres nos estudos de caso analisados tenham apresentado semelhanças. Contudo, as informações são suficientes para concluir-se que a educação é um problema grave no país, principalmente na área rural;
- quanto à capacitação das mulheres conclui-se que têm estado à margem dos programas desenvolvidos na área rural, com o objetivo de promover a capacitação tecnológica e/ou comercial dos pequenos produtores;
- inexistente uma preocupação com transferência e adequação de tecnologias agrícolas e pecuárias para as mulheres trabalhadoras rurais; o mesmo verificando-se com relação à geração de tecnologias que considere a realidade da mulher trabalhadora rural e suas diferenças desiguais;
- o processo de comercialização, decisivamente, não está ao alcance das mulheres trabalhadoras rurais e o processo decisório está nas mãos do homem, mesmo que ela compartilhe destas decisões;
- identificou-se significativa participação das mulheres nas atividades de transformação primária da produção, perfazendo 49% das mulheres entrevistadas. Este fato indica a importância de trabalhar-se esta produtividade através de programas que contemplem tecnologias para satisfazer as necessidades desiguais à sua produção e para uma melhor qualidade de seus produtos, como por exemplo nas micro-agroindústrias;
- quanto ao financiamento de bens e serviços necessários ao desenvolvimento das atividades produtivas de pequena produção, conclui-se que, o auto-financiamento constitui-se em característica marcante; 95,9% dos entrevistados não realizaram qualquer empréstimo, embora os recursos que possuem em disponibilidade sejam

insuficientes para a aquisição de serviços e bens necessários para o aumento da produção.

Concluindo, ressaltou-se deste estudo, um potencial de participação das mulheres trabalhadoras rurais, diferente e desigual de acordo com sua capacidade de produção e que tem sido demonstrado pelas mulheres rurais. Utilizar-se deste potencial desigual para que elas cheguem a perceber sua capacidade de assumir papéis de decisão dentro de setor agropecuário lhes daria maior poder para o processo de aquisição de "status" como produtora de alimentos. Isto, pode tornar-se objeto para uma capacitação sob uma perspectiva de gênero utilizam-se de sua realidade com necessidades identificadas como (normas e procedimentos creditícios) que as torne participantes do que elas podem e querem realizar.

A análise também evidenciou que as mulheres rurais são as principais responsáveis pela segurança alimentar da unidade familiar. Verificou-se que entre as atividades principais que as mulheres rurais desenvolvem, a atividade doméstica representou 24,7% em Santa Catarina, 17,7% no Paraná e 83,6% no Ceará, enquanto que, as atividades na roça e na transformação de produtos mostra uma porcentagem de 55,6% em Santa Catarina, 62,0% no Paraná e 1,8% de mulheres entrevistadas no estado do Ceará. É interessante ressaltar-se que, entre as atividades secundárias, 46,9% e 53,2% das mulheres entrevistadas nos estudos de caso do estado de Santa Catarina e Paraná qualificaram o trabalho doméstico como atividade secundária e, por outro lado, somente 2,9% das mulheres entrevistadas no estudo de caso de Ceará qualificaram o trabalho doméstico como atividade secundária. A análise destes dados demandaria um estudo mais acurado das causas, mas pode-se inferir que as mulheres trabalhadoras rurais, dos casos de estudo realizados em alguns municípios da região Sul tem adquirido um valor mais urbano de suas atividades rurais.

Os dados demonstraram que, mesmo desempenhado um papel relevante como trabalhadoras junto à produção pecuária e agrícola e junto à transformação de alimentos, este grupo de trabalhadoras não têm sido consideradas ou muito pouco consideradas nas políticas econômicas e agrícolas já formuladas e, sua invisibilidade ainda constitui-se em bloqueio à formulação de políticas com perspectiva de gênero.

Em se tratando dos procedimentos que, atualmente, têm sido adotados para chegar-se à formulação de uma Política de Segurança Alimentar, como a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e dos comitês locais, as mulheres produtoras de alimentos não têm sido vistas com considerável contribuidora na produção e transformação de alimentos para a segurança alimentar da unidade familiar e como produtora de excedente para acréscimo à geração de renda da unidade familiar.

## **B. Recomendações**

### **1. "Proposta de Incorporação da Perspectiva de Gênero na Política de Segurança Alimentar do país"**

O desenvolvimento agrícola do Brasil, superando atualmente a soma de 70 milhões de toneladas de grãos e, considerando-se a meta de atingir, em curto prazo, a quantidade de 100 milhões de toneladas, tal meta constitui, sob o ponto de vista estritamente agrônomo, um êxito que reflete o grau de eficiência do produtor. Tal fato, sem dúvida, sugere que, as políticas agrícolas para uma determinada tipologia de agricultores permitem desenvolver suas potencialidades.

Entretanto, uma análise deste fato sob o ponto de vista ecológico e sob uma perspectiva de gênero, provavelmente sugeririam que algumas mudanças devessem ser feitas.

O impacto que o crescimento da produção de grãos apresenta sobre os recursos naturais e sobre o meio ambiente, não sendo proposta do presente estudo, não será aqui analisado. Mesmo assim, torna-se importante o empenho e a vontade política em estimular o referido crescimento da produção de grãos através do aumento da produtividade e não mais pela abertura de fronteiras agrícolas.

Compete, contudo, a este trabalho, fundamentado na análise de dados secundários e primários, questionar se o êxito da produção agrícola tem sido obtido com esforços para apoiar e estimular a participação da mulher rural e com ênfase na mulher produtora de alimentos.

Não se trata de elaborar definições acadêmicas sobre o conceito de segurança alimentar, mas de sugerir espaços que deveriam ser ocupados pela mulher e que têm sido, até o momento, esquecidos ou talvez colocados na invisibilidade.

A dupla função da mulher, como produtora de alimentos e como reprodutora da força de trabalho familiar, tem sido acuradamente tratada neste trabalho. É, precisamente, a partir desta dupla função que se recomenda uma mudança nas atividades que têm adquirido evidência, no país, relacionadas com a segurança alimentar.

É indubitável a importância que tomou o movimento - "Ação pela Cidadania contra a Miséria e pela Vida" (Campanha contra a Fome) a qual foi organizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), constituindo-se em exemplo para o mundo. Os programas de distribuição de alimentos em suas duas etapas (PRODEA I e PRODEA II) têm buscado alcançar, com especial ênfase, os 32.000.000 de brasileiros que são atingidos pela fome e pela miséria.

Contudo, é de se registrar que uma campanha desta grandeza não tenha intrinsecamente integrado uma perspectiva de gênero, considerando ser a mulher, tradicionalmente, a responsável pela transformação de alimentos para a reprodução da força de trabalho da unidade familiar e que tenha deixado de ser a protagonista principal deste movimento social.

A ênfase na participação da mulher e a incorporação de uma perspectiva de gênero na "Ação pela Cidadania contra a Miséria e pela Vida" pode ser dada, através de solicitação explícita para que seja estimulada e facilitada a participação da mulher nos Conselhos Municipais. Trata-se, porém, de buscar traduzir esta participação em sugestões e ações que maximizem o impacto dos esforços tanto da sociedade civil como das instâncias governamentais, em prol da eliminação da fome.

Ademais, tendo-se iniciado a segunda fase do movimento - a busca pela geração de emprego e renda - numa transformação das estratégias emergenciais a outras de médio prazo é, precisamente neste contexto, que deveria estar incorporada uma perspectiva de gênero tendo deixado, portanto, de considerar os 48% da População Economicamente Ativa do Brasil.

As decisões de políticas não são neutras, como sempre se supôs ser e os responsáveis pelas tomadas de decisão, para a implementação de políticas, necessitam de sensibilidade para perceber a realidade a que deve corresponder tais políticas têm feito com que esta falsa neutralidade se traduza em perda da potencialidade de participação da mulher, deixando de permitir um maior impacto dos investimentos que a sociedade civil e as instituições públicas e privadas decidam realizar.

Deixa-se de considerar que mais de 1/3 (um terço) das jornadas agrícolas advém das mulheres trabalhadoras rurais, que os processos de transformações da produção e da pós-colheita são basicamente realizadas por elas, que a participação das mulheres no valor bruto da produção agropecuária atinge até 65% em alguns dos produtos obtidos do trabalho da unidade familiar de produção e que, apesar destes fatos, é quase vedado o acesso da mulher às associações de organização da produção e à algumas organizações comunitárias.

Além do mais, ao deixar-se de considerar a realidade dos fatos acima explicitados e as diferenças desiguais das atividades produtivas das mulheres trabalhadoras rurais, os decisores de políticas não têm garantido a efetividade das políticas. Considerar estes dados mencionados da realidade concreta significaria partir de informações diferenciadas por gênero, no que diz respeito às atividades, responsabilidades de decisão, benefícios diferenciados, de tal forma que, o trabalho das mulheres seja visto como atividades produtivas, na posição que ocupam como produtoras e não a partir do que produzem como mulheres, isto é, a partir do sexo. Assim sendo, estas atividades produtivas diferentes e desiguais deveriam ser tomadas pelos planejadores e decisores de políticas com necessidade de instrumentos também diferenciados para atendê-las.

Todos estes fatores que pressupõem uma falsa neutralidade são influenciados pelas análises de uma realidade que se supoe igual e portanto, levando à busca da igualdade e não da equidade e de uma escassa consideração da participação da mulher e de sua representatividade não só nas atividades produtivas, mas também, nas atividades de decisão tanto a nível comunitário-local como regional ou nacional.

A presente "Proposta de Incorporação da Perspectiva de Gênero na Política de Segurança Alimentar" exige uma atuação no âmbito das decisões, dirigida à sensibilização de responsáveis

pela formulação e implementação de políticas e dirigida à decisão de organizar e sistematizar informações básicas à tomada de decisões.

1. **desenvolver ações de sensibilização dos responsáveis pelas tomadas de decisão sobre como ver e entender os fatos emergentes da produção familiar como fatos que mostram relações entre pessoas do mesmo sexo e de sexos diferentes com necessidades e resultados distintos e não voltados à busca da igualdade. Isto significa considerar as questões de gênero de tal forma que esta perspectiva se transforme em uma variável indispensável no momento de decidir sobre programas ou projetos, tal como hoje sucede com temas relativos à rentabilidade econômica ou à preservação do meio ambiente;**
2. **sistematizar a informação disponível ou acrescê-la através de estudos e pesquisas, de tal forma que as decisões sejam tomadas em base a dados que reflitam a real e efetiva participação da mulher nas diferentes atividades produtivas.**

Para se alcançar os objetivos do primeiro âmbito de ação, dever-se-á estimular todo tipo de atividade ou de eventos que facilitem e promovam essa sensibilização. Esta deverá estar dirigida necessariamente às organizações específicas de mulher, aos centros de estudo e pesquisas acadêmicas, aos organismos financeiros ou de cooperação técnica internacionais que deverão continuar a apoiar as atividades em curso, visto que, este seria um processo dinâmico, em correspondência às características do próprio tema.

Para trabalhar-se junto ao segundo âmbito acima explicitado, buscar-se sensibilizar as Universidades para que introduzam a perspectiva de gênero em seus currículos e atividades acadêmicas, ao mesmo tempo que se busque a melhoria da informação sobre as questões de gênero, através do incentivo ao desenvolvimento de teses e pesquisas realizadas pelos estudantes com a finalidade de formar uma nova geração de profissionais já sensibilizados e conhecedores do tema. Estes poderão ser os disseminadores e reprodutores deste conhecimento, estando aptos a formularem e executarem projetos de desenvolvimento do setor agrícola e de produção de alimentos, com uma perspectiva de gênero.

## **2. Proposta de Implementação de uma "Política Agrícola Diferenciada para o Pequeno Produtor, sob uma Perspectiva de Gênero"**

### **a. Componente de Capacitação**

#### **Alguns pressupostos básicos à Capacitação com uma perspectiva de gênero**

- **Levar em consideração dois níveis de capacitação: um nível para profissionais, formando capacitadores em questões de gênero e um nível local para treinar coordenadores ou executores de projetos junto aos pequenos produtores para que se considere o trabalho da unidade familiar de produção, com equidade de gênero;**

- **Reconhecer a necessidade de apoio à unidade familiar de produção onde as mulheres produtoras de alimentos têm um papel significativo, em termos de produção de alimentos para a reprodução da força de trabalho de seu grupo familiar e para poder gerar excedentes deste trabalho produtivo;**
- **Reconhecer que, as mudanças de valores e atitudes frente a concepção de trabalho, por parte das mulheres trabalhadoras, constituem-se em um processo íntimo, gradual refletindo-se pelo poder de reivindicação e de segurança frente aos grupos sociais e que será obtido durante este processo de trabalho junto à mulher produtora de alimentos;**
- **partir do princípio de que as mulheres trabalhadoras rurais, um dos agentes-beneficiárias de importância no processo de capacitação, possuem um potencial para a participação a ser desenvolvido e que, pela responsabilidade que lhe é inerente de cuidar da reprodução da unidade familiar possuem uma receptividade e capacidade de assimilação de mudanças;**
- **germinar a mudança e transferir a elas o crédito em seu potencial para participar em seu próprio desenvolvimento, a partir de motivações concretas que possam refletir a credibilidade no apoio externo oferecido, como o domínio da tecnologia que bloqueia seu poder de decisão e respeitando as atitudes próprias e culturais das mulheres trabalhadoras rurais como também seu ritmo de assimilação dessas mudanças;**
- **considerar a necessidade de concretizar um ideal possível de ser alcançado, mesmo que seja a médio ou longo prazo, como o acesso efetivo à propriedade da terra, à organização de associações de pequenas empresas familiares de produção de alimentos pelo implemento à agroindústria ou outros projetos que possam fortalecer seu processo de participação e, com base neste princípio, planejar um programa de capacitação;**
- **os programas de capacitação devem partir de uma estratégia a longo prazo, de forma que, as mulheres trabalhadoras rurais através da criação de suas próprias expectativas, cheguem ao momento de apropriar-se da vontade de alcançar sua própria expectativa concretizada;**
- **desenvolver sua capacidade de entendimento sobre seus direitos como cidadã para que possam exercer seu direito de reivindicar com propriedade e com a força necessária para poder alcançá-los;**
- **estas ações e esta consciência do valor do trabalho das mulheres rurais, por elas mesmas, constituem-se no motor a impulsionar o sucesso da reivindicação de outros programas a que têm direito, tendo-se presente a importância da auto-sustentação dos programas e projetos por elas assumidos;**

- o conteúdo da capacitação, portanto, deve partir de "onde" está inserida a unidade familiar de produção de alimentos e nela as mulheres rurais, em termos de que são seus membros que estão a demandar a capacitação e não os técnicos. A elaboração do material didático deve estar formulado de forma a fomentar a iniciativa, provocar a reflexão analítica das estratégias de produção e transformação de alimentos que devam conduzir ao planejamento das ações para a obtenção de resultados que reflitam mudanças conscientes e duradouras nas mulheres produtoras de alimentos da área rural e de suas associações.
- isto significa desenvolver não somente um Programa de Capacitação, mas acima de tudo promover o componente de Fortalecimento Institucional através da capacitação destas organizações aptas para capacitar em questões de gênero. Esta capacitação poderá ser realizada por instituições ou organizações públicas ou privadas ou não-governamentais. Estas ações levarão à melhora da capacidade das organizações associativas e organizações não-governamentais de entender as relações de gênero que são relações entre pessoas, com equidade e a partir deste ponto atuar a nível local formulando, coordenando a execução destas atividades de apoio à mulher produtora de alimentos.

Torna-se necessário, portanto, partir das necessidades emergentes da base, para chegarmos à elaboração de propostas que consigam alcançar os objetivos dos programas vinculados à mulher produtora de alimentos, sob uma perspectiva de gênero.

Os Programas deverão ser formulados com a participação da unidade familiar de produção e, em especial, das mulheres produtoras de alimentos, e de forma descentralizada. Isto se dará, se a unidade familiar de produção e em especial as mulheres chegarem a se apropriar de seu próprio projeto (como expectativa criada) e desde que este esteja adequado à sua realidade sócio-econômico-cultural.

Neste sentido os Programas de Capacitação deverão considerar as diferenciações regionais e as questões de equidade de gênero, principalmente, o fator propulsor desta capacitação que é: **levar as mulheres trabalhadoras rurais à consciência do valor de seu trabalho.**

A Capacitação deve partir de prioridades identificadas a nível microregional e de uma caracterização dos grupos meta. Contudo, alguns tópicos devem ser tomados como imprescindíveis nesta capacitação de capacitadores e na capacitação dos diferentes grupos-meta, quais sejam:

- **Levar à consciência do trabalho produtivo, de início, independente do trabalho reprodutivo e de seus valores.**
- **organização de associações de empresas familiares rurais com uma perspectiva de gênero, de forma que percebam a força que podem obter, na medida que tenham condições de negociação da produção, em grupo;**

- **técnicas básicas de administração de sua terra de trabalho:** a) conhecimento do sítio; b) número de hectares que o compoe; c) quais e onde estão localizados os recursos naturais e como fazer sua terra produzir, de forma racional e sustentada, protegendo os recursos naturais e principalmente o solo; d) conhecimento e real avaliação da estrutura familiar em termos de força de trabalho disponível e outros fatores;
- **Treinamento em gerência e administração da produção primária ou transformada, considerando-se as diferenças desiguais entre os produtores da unidade familiar;**
- **contabilidade básica, seja da produção agropecuária como da agroindústria;**
- **o que pode produzir e qual é sua viabilidade econômica, bem como as formas de inserir-se no processo de comercialização considerando as questões de gênero e promovendo o acesso à informação de novas técnicas de produção mais eficientes, preços, mercado e custos de produção;**
- **como administrar o crédito convencional ou alternativo, como um fundo rotativo que pode ser implementado por uma associação de produtoras familiares de alimentos, com equidade de gênero; como identificar a demanda real pelo crédito e como solicitá-lo;**
- **como administrar os excedentes: pagamento de dívidas; quais as melhores opções de inversões (desde os animais, como a vaca, o porco, maquinárias etc.) até a poupança, em dinheiro ou em produto.**

Cada tópico ou a associação de alguns deles deverão ser objeto de um Projeto formulado, na medida do possível, com a participação de seus beneficiários e identificação de instituição responsável.

- b. Componente de Revigoração da Política Fundiária, sob uma perspectiva de gênero**
- **promover o efetivo acesso à terra às mulheres produtoras de alimentos, desprovidas da propriedade jurídica da terra, desde que, esta é condição essencial à viabilização do acesso ao crédito, com o desenvolvimento de um programa de difusão e disseminação destes direitos, envolvendo todos os meios de comunicação disponíveis e que sejam eficientes para atingir os grupos-meta identificados;**
- **elaborar um cadastramento das mulheres produtoras de alimentos e sem terra, atualizado, e considerando-se a legislação sobre o direito da mulher de acesso à propriedade jurídica da terra e fazendo-a valer;**

- c. **Componente de Apoio ao Associativismo dirigido às Unidades Familiares de Produção de alimentos da Agropecuária, enfatizando-se a importante contribuição das mulheres nestas atividades e vistas com equidade de gênero.**
- Promover um processo de sensibilização sobre a importância do associativismo, também como uma forma de fortalecer as reivindicações de políticas para as mulheres trabalhadoras rurais, produtoras de alimentos, chegando à reivindicação de uma **Política explícita de apoio ao Associativismo na produção e comercialização de alimentos provenientes da pequena produção.**
- d. **Componente de Tecnologias adequadas e alternativas à Produção de alimentos, sob uma perspectiva de gênero**
- Levantamento e **cadastro de necessidades tecnológicas** adequadas à pequena produção, por região ou até mesmo por microregião.
- Objetivo: Manter atualizada a necessidade e demanda do mercado à pequena produção, especialmente à produção de alimentos básicos para análise das condições de resposta a esta demanda, com perspectiva de gênero.
- **Apoio ao desenvolvimento de pesquisas que respondam à adequação tecnológica à mulher produtora** de alimentos e à sua transferência, considerando as mulheres trabalhadoras rurais, por sua real contribuição a esta produção;
  - **Promover a transferência desta tecnologia adequada aos pequenos produtores de alimentos sob uma perspectiva de gênero**, apoiando-se o estabelecimento da microagroindústria através da elaboração de programas de comunicação que utilize a mídia e outros meios adequados à falta ou pouca escolaridade da maioria da população rural.
- e. **Componente de Revisão e Fortalecimento de preços de produtos da cesta básica e de produtos alimentares transformados, utilizando-se de instrumentos informativos com uma perspectiva de gênero;**
- Este componente demandaria mudança na vigente política de manutenção de estoques reguladores para manutenção de preços de produtos agrícolas pela competitividade no mercado. Como consequência imediata reduziria ou acabaria com as perdas e desperdício de alta porcentagem de estoques reguladores, como por exemplo, perdas de arroz, feijão e outros grãos.

De acordo com dados apresentados pelo jornal a "Folha de São Paulo", o Brasil desperdiça US\$ 5,4 bilhões em alimentos por ano. Estes são cálculos realizados pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Abastecimento do Estado de São Paulo:

- o valor é correspondente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB);
- é suficiente para abastecer, com uma cesta básica mensal (36 quilos), os 31,7 milhões de indigentes do país, durante dois anos;
- este cálculo considera somente as perdas agrícolas decorrentes de deficiências nos processos de colheita, transporte e armazenamento de grãos, hortaliças e frutas.

De acordo com o sociólogo Herbert de Souza, que lidera o movimento "Ação pela Cidadania contra a Miséria e pela Vida", os números do desperdício é surpreendente. "É uma demonstração inequívoca de que a fome do Brasil, sob todos os aspectos, é um absurdo e tem cura."

### **3. Implementação de um "Projeto de Treinamento com Pequenos Produtores sob uma Perspectiva de Gênero, a nível micro-região"**

Considerando-se que identifica-se a importância de formular-se e executar-se projetos de desenvolvimento rural com uma perspectiva de gênero; que o potencial de produtividade e de participação das mulheres na força de trabalho da unidade familiar foram identificados através do estudo realizado e fundamento a este trabalho com alta porcentagem, estes fatores poderiam ser melhor aproveitados se conhecimentos, tecnologias e informações agropecuários a respeito de preços e mercados fossem transferidos com uma perspectiva de gênero. Estes argumentos são alguns dos indicadores para propor-se o desenvolvimento de um **Projeto de Treinamento com Pequenos Produtores sob uma Perspectiva de Gênero e abrangendo uma determinada micro-região.**

Um projeto desta natureza buscaria validar tecnologias adequadas ao pequeno produtor com perspectiva de gênero e outras atividades agrícolas, possibilitando dimensionar com mais aproximação o valor da contribuição deste projeto possibilitaria, principalmente, elaborar-se um Diagnóstico com perspectiva de gênero sobre o trabalho das mulheres na produção de alimentos e, a partir deste Diagnóstico **poder-se formular e executar um projeto com perspectiva de gênero.**

O nível conceitual e teórico com que se trata da necessidade de integrar-se uma perspectiva de gênero aos projetos de desenvolvimento, por si só, justificaria a apresentação da presente Proposta.

#### **Alguns pressupostos básicos**

- que tenha uma abordagem prática, isto é, de elaboração de um **Diagnóstico** da pequena produção, enfocando-se as mulheres produtoras de alimentos, sob uma perspectiva de gênero.



## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. s.f. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas, Bra., Hucitec Anpocs, Unicamp.
- AGUIAR, N. (Coord.). 1984. Mulheres na força de trabalho na América Latina: Análises qualitativas. Petrópolis, Bra., Ed. Vozes.
- ALTAFIN, I.G.; CAMARGO, A. 1990. A pequena produção rural nos anos 90. Brasília, Bra., EMBRATER/OIT/FPH.
- ALVES, E.R. DE A.; PASTORE, J. 1975. Uma nova abordagem para a pesquisa agrícola no Brasil. Sober. 22 p.
- \_\_\_\_\_. 1984. O futuro do sistema cooperativo de pesquisa agropecuária brasileiro. Brasília, Bra., EMBRAPA. 19 p.
- \_\_\_\_\_. 1988. Pobreza rural no Brasil: Desafio da extensão e da pesquisa. 4 ed. Brasília, Bra., CODEVASF.
- \_\_\_\_\_.; CONTINI, E. 1988. A modernização da agricultura brasileira. Brasília, EMBRAPA.
- BLAY, E.A. 1976. Trabalho feminino remunerado e não remunerado: Uma falsa fonte de desigualdade. Cadenros CERU no. 9.
- BARROS, W.A. DE O. 1983. Tecnologia apropriada e desenvolvimento rural. Brasília, Bra., SENAR-MT.
- BORDENAVE, J.D. (Org.). 1980. A transferência de tecnologia e o pequeno agricultor. Brasília, Bra., IICA.
- BRUSCHINI, C. 1988. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: Algumas comparações regionais. Rio de Janeiro, ANPOCS. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. 1990. Desenvolvimento, recessão e trabalho feminino. Ciência e Cultura 42(3/4).
- CAMARANO, A.A.; BELTRAO, K. s.f. Uma abordagem das questões relacionais à sua população. Brasília, Bra.,
- CARVALHO, H.M. DE. 1986. A tecnologia agrícola e o pequeno produtor rural. Curitiba, Bra.
- CALVALHO, J.C.M. 1992. O desenvolvimento da agropecuária brasileira: Da agricultura escravista ao sistema agroindustrial. Brasília, Bra., EMBRAPA-SPI.

- CHONCHOL, J. 1987. O desafio alimentar: A fome no mundo. Tradução de Alcy Cheuiche. São Paulo, Bra., Marco Zero.
- CONAB (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO). 1993. Conjuntura agropecuária: Informativos semanais de 1993. Brasília, Bra., DIPLA.
- CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS LIVRES CIOSL. 1988. As mulheres que trabalham: Políticas e programas CIOSL.
- CONGRESSO NACIONAL DE MULHERES RURAIS (1.). 1986. Brasília, Bra., EMBRATER.
- CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS (5., 1991, Brasília, Bra.). 1991. Conclusões. Brasília, Bra., CONTAG.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. 1986. A legislação e o trabalho feminino: Um estudo comparado. In Mulher & Trabalho no. 4. Brasília, Bra., CNDM.
- \_\_\_\_\_. 1986. Suas reivindicações na última década 1976-1986. In Mulher & Trabalho no. 2. Brasília, Bra., CNDM.
- CONSTITUIÇÃO DE 1988, República Federativa do Brasil.
- COSTA, L. 1990. Aumento da participação feminina: Uma tentativa de explicação. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais (7.). Anais. v.2. Brasília, Bra., Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- CUNHA, A.; MUELLER, CH. 1988. A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil. Diagnóstico regional - região Centro-Oeste. In A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil. Brasília, IPEA/PNUD.
- EMBRAPA (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA). 1985. A nova república e o papel de pesquisa agrícola. Brasília, Bra. 40 p.
- \_\_\_\_\_. 1989. A EMBRAPA e o desafio alimentar nos anos 90. Brasília, Bra. 19 p.
- \_\_\_\_\_. 1989. Subsídios para a formulação de uma política científica e tecnológica para agropecuária dos anos 90. Brasília, Bra. 15 p.
- EMBRATER (EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL). 1988. O sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural (o sistema EMBRATER): Desempenho Operacional. Brasília, Bra.

**EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA S.A.** 1993. Relatório EPAGRI. I. Florianópolis, EPAGRI. 39 p.

**FAGUNDES, M.H.** 1987. Comentários sobre o crédito rural no Brasil e sua evolução recente. Brasília, Ministério da Desburocratização.

**FAO (ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION).** 1985. Urbanización, alimentación y nutrición en América Latina. Santiago, Chile.

\_\_\_\_\_. 1985. La función de la mujer en la producción agrícola. Roma.

\_\_\_\_\_. 1987. La extensión agrícola: Manual de consulta. Roma.

\_\_\_\_\_. 1987. Urgente: Una política de promoción integral de la mujer rural. Roma. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. Série Desarrollo Rural no. 3.

\_\_\_\_\_. 1991. Experiencias de mercadeo de pequeños agricultores en el marco de proyectos de desarrollo rural integrado. Estudios de caso en países de América Latina. Roma.

**FIBGE (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA).** 1989. Anuário estatístico do Brasil. Brasília.

\_\_\_\_\_. 1992. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro

**FIGUEIREDO, R.P. DE.** 1977. Agricultura do nordeste: Estudo sobre fatores explicativos dos seus baixos níveis de emprego e renda. Brasília, Bra., EMBRATER.

**FONSECA, D.M.** 1986. O papel da mulher no desenvolvimento rural no Brasil. Brasília, Ministério da Agricultura, Coordenadoria de Programas Especiais de Desenvolvimento Rural. Mimeo.

\_\_\_\_\_. 1988. A mulher rural brasileira e suas condições de vida. Bra., Ministério da Agricultura. 18 p.

**FLORES, M.X.** 1991. O desenvolvimento rural e o setor público agrícola: A questão tecnológica e uma agenda para o entendimento. Brasília, Bra., EMBRAPA-SEA. 23 p.

\_\_\_\_\_. 1991. Projecto EMBRAPA: A pesquisa agropecuária rumo ao século XXI. Brasília, Bra., EMBRAPA-SEA. 38 p.

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO.** 1987. Demanda e oferta de alimentos. In Análise e conjuntura. Belo Horizonte, Bra., FIP.

- \_\_\_\_\_. s.f. Crescimento da oferta e demanda de alimentos básicos no nordeste. Projeção para o ano 2000. Brasília, Bra.
- GABRIEL, L. 1970. A extensão rural no Brasil. Rio de Janeiro.
- HOMEN DE MELO, F. 1987. Um diagnóstico sobre produção e abastecimento alimentar no Brasil. São Paulo, FCPC/USP. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. 1983. O problema alimentar no Brasil: A importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- IBAM; UNICEF (FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA). 1991. Mulher e políticas públicas. Rio de Janeiro, Bra.
- IDB (INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK). 1990. Economic and social progress in Latin America. Washington, D.C., Johns Hopkins University Press.
- IICA (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA). 1982. Participação dos pequenos agricultores na produção de alimentos. Brasília, Bra.
- \_\_\_\_\_. 1992. Bases conceituais para sua atuação no Brasil. Brasília. Programa Organização e Administração para o Desenvolvimento Rural.
- \_\_\_\_\_. 1992. Brasil: Agenda estratégica para o setor agropecuário, 1942-1992. Brasília.
- \_\_\_\_\_. 1992. Indicadores sócio-econômicos e políticas setoriais do MERCOSUL. Brasília, Bra. 205 p.
- INSTITUTO DE LA MUJER; MINISTERIO DE ASUNTOS SOCIALES DE ESPAÑA, FLACSO (FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIAIS). 1982. Mujeres latinoamericanas en cifras.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRICOLA DE SANTA CATARIANA. 1993. Informações agrícolas de Santa Catarina. Florianópolis, Bra., CEPA/SC.
- JANVRY, A. 1981. The agrarian question and reformism in Latin America. Maryland, Baltimore, John Hopkins University Press.
- JATOBA, J. 1983. Emprego no nordeste, 1950-80. Recife, Bra., SUDENE.
- KAGEYAMA, A.A.; SILVA, J.F.G. 1982. Produtividade e progresso técnico na agricultura. Campinas, Bra., UBRICAMP. 36 p. Mimeo.

- KINZO, M.D. 1986. *Small producers and the state: Agriculture and the Amazon frontier.* Tese.
- LACKI, P. 1992. *Desarrollo agropecuario: De la dependencia al protagonismo del agricultor.* 2 ed. Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe.
- LAVINAS, L. s.f. *Mudanças técnicas, ação do estado e trabalho feminino. Um estudo de caso: Juazeiro, Bahia.* Paris, Centre de Recherche et Documentation sur l'Amérique.
- \_\_\_\_\_. s.f. *O trabalho feminino na área rural.* In *Mulher trabalhadora.* Sao Paulo, Bra. Cadenro da CUT.
- MARTINI, G. 1987. *Exodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola.* In *Os impactos sociais da modernização agrícola.* São Paulo, Bra., Editora Caetés.
- \_\_\_\_\_.; GARCIA, R. 1987. *A modernização agrícola e a panela do povo.* In *Os impactos sociais da modernização agrícola.* São Paulo, Bra., Editora Caetés.
- \_\_\_\_\_.; NEIVA, I.C. s.f. *Evolução da participação da mulher na atividade agropecuária. ¿O que dizem os censos?* In *Seminário Mulher Rural: Identidades na Pesquisa e na Luta Política.* Anaia. Rfo de Janeiro, Bra.
- MA (MINISTERIO DA AGRICULTURA). 1986. *Diretrizes para uma política agrícola nacional-ano 2000. Resultados de debates com a sociedade.* Brasilia, Bra. 102 p.
- MINISTERIO DE ASSUNTOS SOCIAIS. 1993. *Mulheres latinoamericanas: Em dados.* Santiago de Chile, Instituto de la Mujer, FLACSO.
- MORANDINI, I.A. 1985. *Fatores relacionados a eficiencia economica dos produtores de batata.* Contenda, PR., Santa Maria, UFSM.
- MORVAN, M.M. 1990. *Evolução da população e questão social.* In *Encontro Nacional de Estudos Populacionais (7.). Anais.* Brasília, Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- OIT (ORGANIZACION INTERNACIONAL DEL TRABAJO). 1988. *Las mujeres en un mundo en cambio: Un decenio de acción.* In *Mujer y trabajo.* Madrid, España, Ministerio de Cultura, Instituto de la Mujer.
- OLINGER, G. 1985. *Política agrária.* Brasília, Bra., EMBRATER. Mimeo.
- OLIVEIRA, M.M. 1988. *A utopia extensionista: Ensaio e notas.* Brasília, Bra., EMBRATER.

- ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). 1985. Informe de la Conferencia Mundial para el Examen y la Evaluación de los Logros del Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer: Igualdad, Desarrollo y Paz. Nairobi, Kenya.
- PADILHA, R. 1984. A extensão rural no Brasil. Brasília. Mimeo.
- PAULILO, M.I. 1976. O trabalho da mulher no meio rural. Mimeo.
- Apresentada a: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.
- PEDREIRA FILHO, W.S. 1988. ¿Que paradigma para qual política pública? Sociedade e Estado 3(1-2).
- PORTES, A.; SCHAUFFLER, R. 1993. Competing perspectives on the Latin American informal sector. Population and Development Review 19(1).
- PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. 1990. Plano plurianual 1991/95. Brasília, Bra., Secretaria de Ciencia e Tecnología.
- \_\_\_\_\_. 1990. A política brasileira de ciencia e tecnologia: 1990/95. Brasília, Secretaria de Ciencia e Tecnologia.
- RAMOS, I.M. 1993. A mulher no mercado de trabalho brasileiro. Brasília, Ministério do Trabalho e da Administração. Mimeo.
- RIOS-NETO, V.; GOZA, F.W. 1990. Participação feminina na PEA rural: O papel do estado civil no padrão de atividade. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais (7., 1990). Anais. Brasília, Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- SAMPAIO, Y. (Coord.). 1979. Política agrícola no nordeste: Intenções e resultados. Brasília, Bra., BINAGRI.
- SANTOS, J.R.M. DOS; RAMOS, F. 1987. Crédito rural: Uma proposta de simplificação. Brasília, Bra., Ministério da Desburocratização. 79 p.
- SCHLOTFELDT, C.B. (Coord.). 1989. Considerações sobre a lei agrícola. Brasília, Bra., EMBRATER.
- SILVA, A.F.A. DA. 1978. O crédito rural como fator de fomento a agropecuária. Brasília, Bra., Araxá-MG.
- SILVA, J.F.G. 1978. Estrutura agrária e produção de subsistencia na agricultura brasileira. São Paulo, Hucitec.

- \_\_\_\_\_. (Coord). 1982. *Tecnologia e campesinato: O caso brasileiro*. Campinas, Bra., UNICAMP/IICA. Mimeo.
- SORJ, B.; WILKINSON, J. 1983. *Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira*. In *Sociedade e Política no Brasil*. Sao Paulo.
- SORIANO, J.; FREITAS, E. 1987. *O impasse na reforma agrária*. Caderno CEAC/UnB 1(2).
- SOUSA, I.S.F. DE *et al.* 1990. *Relatório da Comissão de Análise de Alternativas de Coordenação do SIBRATER*. Brasilia, Bra., EMBRAPA. 29 P. Mimeo.
- SPINDEL, C.R.; CUPERTINO, M.A.; REDKO, C. 1988. *Estudo sobre a situação da mulher na agricultura e o desenvolvimento rural*. Brasilia, Bra., Ministério da Agricultura. Documento no. 1.
- SUAREZ, M. 1979. *Everlasting golden sertões: The study of a productive process in the Brazilian central plateau*. Tese. Universidade de Cornell. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. 1982. *Agregados, parceiros e posseiros: A transformação do campesinato no Centro-oeste*. In *Anuário Antropológico 1980*. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro.
- UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME). 1993. *Human development report, 1993*. New York, Oxford University Press.
- TOSCANO, M.; ANASTASSAKIS, L.; LINS, V. 1983. *Mulher rural: Contribuição ao estudo da situação da mulher no campo*. In *Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciencia (34)*. Campinas, Bra. 33 p.
- WOORTMANN, E.F. 1991. *Da complementariedade a dependencia: A mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do nordeste*. Universidade de Brasilia. Série Antropologia no. 111. Mimeo.



## **QUADROS**



**Quadro 1. Contribuição relativa da mulher rural nas tarefas agrícolas na unidade produtiva em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

U.F	Atividades agrícolas *										Total mulher
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
SC	2.0%	2.0%	6.0%	4.0%	2.0%	0.0%	10.0%	12.0%	20.0%	78.0%	50
PR	8.0%	4.0%	8.0%	2.0%	0.0%	2.0%	4.0%	20.0%	30.0%	46.0%	50
CE	5.0%	5.0%	18.0%	5.0%	0.0%	0.0%	17.0%	9.0%	73.0%	83.0%	100
Total	5.0%	4.0%	12.5%	4.0%	0.5%	0.5%	12.0%	12.5%	49.0%	72.5%	200

\* Atividades

- |                             |                           |
|-----------------------------|---------------------------|
| 1. Limpeza da area          | 6. Irrigação              |
| 2. Preparo do solo          | 7. Colheita               |
| 3. Semeadura                | 8. Preparo de produtos    |
| 4. Tratos culturais         | 9. Transformação Primária |
| 5. Aplicação de agrotóxicos | 10. Cuidar da horta       |

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 2. Contribuição relativa da mulher rural nas tarefas pecuárias na unidade produtiva em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

U.F	Atividades pecuárias*									Total mulher
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
SC	2.0%	20.0%	8.0%	2.0%	20.0%	30.0%	16.0%	14.0%	10.0%	50
PR	0.0%	20.0%	0.0%	0.0%	8.0%	14.0%	10.0%	18.0%	8.0%	50
CE	0.0%	12.0%	1.0%	0.0%	2.0%	2.0%	2.0%	1.0%	3.0%	100
Total	0.5%	16.0%	2.5%	0.5%	8.0%	12.0%	7.5%	8.5%	6.0%	200

\* Atividades

- |                              |                      |
|------------------------------|----------------------|
| 1. Formação de pastagens     | 6. Cuidado das crias |
| 2. Alimentação de animais    | 7. Marcação          |
| 3. Aplicação de medicamentos | 8. Buscar animais    |
| 4. Limpeza das instalações   | 9. Tirar leite       |
| 5. Manejo dos animais        |                      |

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 3. Uso relativo de alguns insumos nas unidades produtivas em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

Indicadores	U.F.			Total
	S C	P R	C E	
Adubo organico	91.7%	61.7%	89.8%	83.4%
Adubo quimico	91.7%	78.7%	1.0%	42.5%
Agrotoxico	79.2%	72.3%	1.0%	37.8%
Calcario	91.7%	70.2%	2.0%	40.9%
Med. veterinario	97.9%	78.7%	3.1%	45.1%
Sal comun	95.8%	78.7%	10.2%	48.2%
Sal mineral	91.7%	68.1%	2.0%	40.4%
Semente melhorada	95.8%	80.9%	5.1%	46.1%
Semente propria	43.8%	53.2%	94.9%	72.0%
Vacina	100.0%	85.1%	2.0%	46.6%

\* Percentual relativo a quantidade de unidades produtivas pesquisadas:

SC - 50 questionários

PR - 50 questionários

CE - 100 questionários

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 4. Uso relativo de alguns indicadores de tecnologia melhorada em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

Indicadores	U.F.			Total*
	S C	P R	C E	
Administ./contabilidade	48.0%	10.6%	0.0%	14.9%
Aprisco - caprino	6.0%	10.6%	2.0%	5.1%
Cerca eletrica	52.0%	23.4%	0.0%	19.0%
Concentrado p/animal	74.0%	36.2%	0.0%	27.7%
Conservação do solo	76.0%	57.4%	0.0%	33.3%
Correção do solo - calcario	92.0%	70.2%	2.0%	41.5%
Esterqueira	2.0%	0.0%	0.0%	0.5%
Irrigação	22.0%	6.4%	0.0%	7.2%
Mecanização	72.0%	61.7%	0.0%	33.3%
Ordenhadeira	10.0%	6.4%	1.0%	4.6%
Paiol/silo	68.0%	40.4%	79.6%	67.2%
Pastagem/forrag. artific.	70.0%	27.7%	0.0%	24.6%
Raca melhorada	66.0%	40.4%	0.0%	26.7%
Reserv. agua com cisterna	38.0%	25.5%	78.6%	55.4%
Sementes/mudas melhoradas	86.0%	76.6%	0.0%	40.5%
Silagem/feno	36.0%	21.3%	0.0%	14.4%
Uso adeq. agrotóxico	58.0%	57.4%	0.0%	28.7%
Vacinação	96.0%	80.9%	3.1%	45.6%

\* Percentual relativo a quantidade de unidades produtivas pesquisadas:

SC - 50 questionários  
 PR - 50 questionários  
 CE - 100 questionários

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 5. Uso relativo de alguns indicadores de tecnologia melhorada em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

Indicadores	U.F.			Total*
	S C	P R	C E	
Arado (animal)	76.0%	70.2%	16.3%	44.6%
Balanca	66.0%	42.6%	0.0%	27.2%
Bomba d'agua	32.0%	36.2%	5.1%	19.5%
Caminhao	24.0%	38.3%	0.0%	15.4%
Centrifuga	8.0%	0.0%	0.0%	2.1%
Classificador	2.0%	0.0%	0.0%	0.5%
Colhedeira	28.0%	19.1%	0.0%	11.8%
Debulh. milho	66.0%	34.0%	4.1%	27.2%
Equip. irrigação	14.0%	10.6%	0.0%	6.2%
Equip. pasteur	2.0%	0.0%	0.0%	0.5%
Estufa (plastico)	8.0%	10.6%	0.0%	4.6%
Ferramenta	100.0%	91.5%	100.0%	97.9%
Micro trator	30.0%	8.5%	0.0%	9.7%
Mist. ração	16.0%	0.0%	2.0%	5.1%
Ordanhadeira	8.0%	4.3%	0.0%	3.1%
Picador forragem	70.0%	21.3%	0.0%	23.1%
Prensa	40.0%	17.0%	1.0%	14.9%
Pulver. costal	92.0%	66.0%	12.2%	45.6%
Pulver. tratorizado	18.0%	25.5%	0.0%	10.8%
Semeadeira	32.0%	29.8%	0.0%	15.4%
Tracho p/cozimento	84.0%	61.7%	71.4%	72.3%
Trator	66.0%	55.3%	0.0%	30.3%

\* Percentual relativo a quantidade de unidades produtivas pesquisadas:

SC - 50 questionários  
PR - 50 questionários  
CE - 100 questionários

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 6. Número relativo de mulheres rurais quanto a capacitação técnica e origem da assistência em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

U.F	Total de mulheres	Receberam capacitação		Origem da assistência *																		
		Não evento	1 evento	2 eventos + de 2	01 Qtd	01 %	02 Qtd	02 %	03 Qtd	03 %	04 Qtd	04 %	05 Qtd	05 %	06 Qtd	06 %						
SC	50	34.0%	34.0%	10.0%	2	3.3%	0	0.0%	2	3.3%	0	0.0%	2	3.3%	0	0.0%	40	66.7%	16	26.7%		
PR	50	42.0%	8.0%	22.0%	5	7.4%	2	2.9%	1	1.5%	2	2.9%	2	2.9%	2	2.9%	54	79.4%	4	5.9%		
CE	100	98.0%	2.0%	0.0%	0	0.0%	1	50.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	1	50.0%
Total	200	68.0%	11.5%	8.0%	7	5.4%	3	2.3%	3	2.3%	2	1.5%	2	1.5%	2	1.5%	94	72.3%	21	16.2%		

\* Origem da Assistência

- 01 - Tecnicos Particulares
- 02 - Tecnicos de escolas/Universidades
- 03 - Tecnicos de Cooperativas
- 04 - ONG's
- 05 - EMATER
- 06 - Outros

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 7. Unidades produtivas - tipo de propriedade quanto ao destino da produção em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

U.F.	Subsistência		Subsistência + Venda excedente		Comercializa a maior parte		Total *
SC	2	4.0%	19	38.0%	29	58.0%	50
PR	0	0.0%	20	40.8%	29	59.2%	49
CE	64	65.3%	34	34.7%	0	0.0%	98
Total	66	33.5%	73	37.1%	58	29.4%	197

\* Número de questionários respondidos quanto ao destino da produção.

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 8. Número relativo de mulheres que possuem informações sobre mercados e preços em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

U.F.	Total de mulheres	Tipos de informações *						
		01	02	03	04	05	06	07
SC	50	86.0%	76.0%	34.0%	10.0%	76.0%	64.0%	74.0%
PR	50	92.0%	74.0%	56.0%	8.0%	76.0%	62.0%	76.0%
CE	100	13.0%	18.0%	2.0%	3.0%	34.0%	8.0%	11.0%
Total	200	51.0%	46.5%	23.5%	6.0%	55.0%	35.5%	43.0%

\* Tipos de Informações:

- 01 Diz conhecer a embalagem que dá mais ao produto
- 02 Diz conhecer o preço praticado no mercado local
- 03 Diz conhecer o preço praticado em outros mercados (alternativos)
- 04 Recebe boletins com informações de mercados e preços
- 05 Ouve sobre informações de mercados e preços pelo rádio
- 06 Diz saber diferença entre os preços recebidos pelo produtores e aqueles pagos pelos consumidores
- 07 Diz saber a melhor época para comercializar a venda de seus produtos

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 9. Indicação relativa da responsabilidade pela tomada de decisões na pequena unidade productiva em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

Aspectos de decisão	SC				PR				CE			
	H *	M	A	F	H	M	A	F	H	M	A	F
O que e quando plantar	13.4	4.5	59.7	22.4	30.0	6.0	58.0	6.0	83.8	4.0	7.1	5.1
Compra de máq. e equipam.	25.0	3.3	48.4	23.3	41.3	6.5	45.7	6.5	95.1	1.6	0.0	3.3
Tipos e quant. de insumos	40.0	3.3	35.0	21.7	58.3	4.1	31.3	6.3	94.7	3.5	0.0	1.8
Animais p/comprar e criar	14.5	3.2	61.3	21.0	19.1	9.5	71.3	0.0	73.5	7.4	14.7	4.4
Efetuar financiamento	16.4	3.6	61.8	18.2	30.2	9.3	60.5	0.0	100	0.0	0.0	0.0
Quanto financiar	17.6	2.0	60.8	19.6	41.2	5.9	53.0	0.0	100	0.0	0.0	0.0
Ir ao banco	50.	5.8	32.7	11.5	52.4	7.1	35.7	4.8	100	0.0	0.0	0.0
Anotar receitas/despesas	14.6	19.5	43.9	21.9	35.3	23.5	41.2	0.0	50.0	16.7	16.7	16.6
Produtos a vender	16.3	6.5	56.5	20.8	20.8	12.5	62.5	4.2	75.4	5.3	17.5	1.8
Quantidade a ser vendida	18.0	3.3	57.3	21.3	29.2	10.4	58.3	2.1	81.6	2.0	14.3	2.1
Lugar de venda	25.0	3.6	50.0	21.4	29.2	6.3	60.4	4.1	81.2	4.2	10.4	4.2
Afazeres-casa/arredores	1.6	31.2	47.5	19.7	4.1	34.7	55.1	6.2	11.7	18.3	66.7	3.3
Serviços na lavoura	27.0	3.2	47.2	22.2	38.9	5.6	46.3	9.2	79.2	3.5	12.1	5.2
<b>MÉDIAS TOTAIS</b>	<b>21.5</b>	<b>7.2</b>	<b>50.9</b>	<b>20.4</b>	<b>33.1</b>	<b>10.8</b>	<b>52.3</b>	<b>3.8</b>	<b>78.7</b>	<b>5.0</b>	<b>12.7</b>	<b>3.6</b>

H = homen      M = mulher  
A = ambos      F = filhos

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná(PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 10. Características familiares quanto ao numero de pessoas na unidade produtiva em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

U.F	Femenino				Masculino			
	Idade			Total *	Idade			Total *
	< 14	14-55	> 55		< 14	14-55	> 55	
SC	33	77	8	118	24	105	14	143
PR	30	80	4	114	39	70	5	114
CE	100	184	2	286	152	217	2	371
Total	163	341	14	518	215	392	21	628

\* Pessoas que compõem a família são: marido, mulher, filhos, filhas e outros.

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 11. Mulheres que ocupam a posição de "chefe" de família em Brasil (SR-PR-CE) em 1993.**

U.F.	Total de unidades produtivas	Mulheres chefes	
		Qtd.	Percentual
SC	50	2	4.0%
PR	50	18	36.0%
CE	100	8	8.0%
Total	200	28	14.0%

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 12. Percentagem de mulheres rurais por tipo de atividades desenvolvidas em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

U.F.	Atividades principais *						Atividades secundarias*						Total ** mulheres
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	
SC	55.6%	9.9%	24.7%	3.7%	2.5%	2.5%	18.5%	0.0%	46.9%	3.7%	2.5%	6.2%	81
PR	62.0%	8.9%	17.7%	6.3%	2.5%	2.5%	12.7%	0.0%	53.2%	3.8%	1.3%	1.3%	79
CE	1.8%	5.8%	83.6%	2.3%	0.6%	0.6%	73.1%	5.3%	2.9%	0.0%	0.0%	1.2%	171
<b>Total</b>	<b>29.3%</b>	<b>7.6%</b>	<b>53.5%</b>	<b>3.6%</b>	<b>1.5%</b>	<b>1.5%</b>	<b>45.3%</b>	<b>2.7%</b>	<b>25.7%</b>	<b>1.8%</b>	<b>0.9%</b>	<b>2.4%</b>	<b>331</b>

\* Tabela de atividades principais e secundarias:

- 01 - Trabalha na roça na transf. de produtos
- 02 - Trabalha como assalariada fora de casa
- 03 - Atividades domesticas
- 04 - Estudante
- 05 - Aposentado (a)
- 06 - Outras

\*\* Mulheres incluem filhas maiores de 14 anos

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993

**Quadro 13. Número relativo de mulheres rurais que manifestam desejo de migrar em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

U.F.	Total de mulheres	Disposição para migrar			
		Para a cidade		Permanecer no campo	
		Qtd	%	Qtd	%
SC	50	4	8.0%	46	92.0%
PR	50	6	12.0%	44	88.0%
CE	100	22	22.0%	78	78.0%
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>32</b>	<b>16.0%</b>	<b>168</b>	<b>84.0%</b>

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

Quadro 14. Assocativismo. Participação da mulher rural em organizações em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.

U.F	Total da Mulheres	Participa de organizações *											
		Não		Uma		Duas		Tres		+ de Tres			
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
SC	50	8	16.0%	11	22.0%	16	32.0%	9	18.0%	6	12.0%		
PR	50	22	44.0%	12	24.0%	11	22.0%	5	10.0%	0	0.0%		
CE	100	95	95.0%	5	5.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%		
Total	200	125	62.5%	28	14.0%	27	13.5%	14	7.0%	6	3.0%		

\* Tipos de organizações:

- Associações de produtores
- Associações da igreja
- Associações de pais e mestres
- Cooperativa
- Comitês de saúde
- Comitês de educação
- Clubes esportivos
- Pastoral
- Clubes de mães

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

Quadro 15. Características das unidades produtivas quanto a tamanho e força de trabalho em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.

U.F.	Tamanho (ha)/%						Força de trabalho*									
	5-10		11-20		21-50		50		> 50		Total		Própria		Contratada	
	< 5	5-10	11-20	21-50	> 50	Total	Feminino	%	Qtd	%	Qtd	%	Feminino	%	Qtd	%
SC	2.0%	12.0%	20.0%	48.0%	18.0%	50	81	42.0%	112	58.0%	10	42.0%	83	89.2%		
PR	12.0%	24.0%	30.0%	30.0%	14.0%	50	79	52.0%	72	47.7%	9	52.3%	54	85.7%		
CE	63.6%	36.4%	0.0%	0.0%	0.0%	11	171	46.3%	196	53.4%	0	46.6%	3	100.0%		
Total	12.6%	19.8%	22.5%	35.1%	14.4%	111	331	46.6%	380	53.4%	19	11.9%	140	88.1%		

\* Força de trabalho, maiores de 14 anos de idade

|| - Total de questionários que responderam quanto ao tamanho da propriedade.

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

Quadro 16. Unidades produtivas segundo a posse de terra e quem detém a titularidade em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.

U.F.	Posse	Arrenda	Própria			Titularidade					Total	
			Herança	Compra	Outro	Total	Homem	Mulher	Ambos	Filhos		Outros
SC	4.0%	8.0%	50.0%	74.0%	2.0%	50	42.0%	6.0%	46.0%	0.0%	6.0%	50
PR	2.0%	16.0%	46.0%	68.0%	0.0%	50	66.7%	6.3%	14.6%	4.2%	8.3%	48
CE	22.0%	49.0%	10.0%	20.0%	2.0%	100	89.3%	7.1%	3.6%	0.0%	0.0%	28
Total	12.5%	30.5%	29.0%	45.5%	1.5%	200	61.9%	6.3%	24.6%	1.6%	5.6%	126

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (R) e Ceará (CE), 1993.

Quadro 17. Unidades produtivas segundo as fontes de financiamento em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.

U.F.	Venda de Produtos		Empréstimos <sup>11</sup>					
	Qtd <sup>12</sup>	Percent	Particulares		Assoc./Coop.		Bancos	
			Qtd	Percent	Qtd	Percent	Qtd	Percent
SC 50	47	94.0%	1	2.0%	6	12.0%	14	28.0%
PR 49	46	93.9%	1	2.0%	2	4.1%	16	32.7%
CE 98	96	98.0%	2	2.0%	0	0.0%	1	1.0%
Total 197	189	95.9%	4	2.0%	8	4.1%	31	15.7%

<sup>11</sup> - Quantidade de unidades produtivas que realizam alguma forma de empréstimos.

<sup>12</sup> - Quantidade de unidades produtivas que vendem produtos para comprar insumos.

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993

Quadro 18. Características das Unidades Produtoras quanto aos principais produtos: Cacaos em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.

U.F.	Milho						Mandioca						Outros						
	Área\		Prod\		Valor\		Área\		Prod\		Valor\		Área\		Prod\		Valor\		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
SC	7.1	27.0	19.0	2.8	3.2	1.5	53.9	146.9	1.5	22.9	7.8	4.5	20.8	33.7					
PR	5.2	15.1	15.7	2.3	1.6	6.9	0.5	0.8	2.3	1.0	8.2	7.0	4.0	10.6	23.5				
CE	0.5	0.0	0.0	0.5	0.0	0.0	0.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.7	0.0	0.0				
Total	4.3	14.0	11.6	1.9	1.6	6.9	3.8	18.2	49.7	0.8	10.3	5.0	3.1	10.5	19.1				

11 - Área em (HA)

12 - Produção em (T)

13 - Valores em salários mínimos (CR\$ 5.534,00)

Todos os resultados expressos em média.

Fonte: Estudos de casos reais

Paraná (SC), Paraná (PR)

Quadro 19. Características das unidades produtoras de produtos pecuários em

U.F.	Gado Leite						Suínos						Aves						Outros						
	Cab\		Prod\		Valor\		Cab\		Prod\		Valor\		Cab\		Prod\		Valor\		Cab\		Prod\		Valor\		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
SC	9	8.0	50.5	13	943.6	17.2	54	3.879.5	49.5	1.963	2.608.2	18.1	546	1.788.9	34.1										
PR	6	11.6	24.6	5	288.3	2.3	16	1.315.4	13.7	81	81.5	5.0	31	424.7	13.0										
CE	1	0.0	0.0	0	0.0	0.0	0	0.0	0.0	13	0.0	0.0	7	0.0	0.0										
Total	5	6.5	25.1	6	410.7	6.5	23	1.731.6	21.1	686	896.6	7.7	195	737.9	15.7										

11 - Cabeças em números

12 - Produção em (Kg)

13 - Valores em salários mínimos (CR\$ 5.534,00)

Todos os resultados expressos em média.

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 20. Contribuição relativa da mulher rural nas tarefas domésticas na unidade produtiva em Brasil (SR-PR-CE) em 1993.**

U.F.	Atividades domésticas \1								Total Mulher
	1	2	3	4	5	6	7	8	
SC	92.0%	90.0%	76.0%	88.0%	28.0%	38.0%	10.0%	40.0%	50
PR	96.0%	84.0%	78.0%	84.0%	54.0%	40.0%	16.0%	30.0%	50
CE	5.0%	99.0%	95.0%	96.0%	96.0%	34.0%	6.0%	7.0%	100
Total	49.5%	93.0%	86.0%	91.0%	68.5%	36.5%	9.5%	21.0%	200

\1 - Atividades:

- 1.- Fazer pão.
- 2.- Fazer a comida (refeições).
- 3.- Limpeza da casa e arredores.
- 4.- Lavar/passar roupas.
- 5.- Cuidar dos filhos.
- 6 - Ajudar nos deveres de aula.
- 7.- Comprar mercadorias p/produção.
- 8.- Compar coisas para casa.

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

**Quadro 21. Participação efetiva da mulher rural em relação ao total de jornadas de trabalho em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.**

U.F.	Milho		Feijão		Arroz		Mandioca		Outros	
	Total*	Mulher	Total*	Mulher	Total*	Mulher	Total*	Mulher	Total*	Mulher
SC	5.314	27.3%	1.407	25.9%	2.149	13.7%	0	0.0%	13.968	26.3%
PR	3.220	24.2%	1.145	33.9%	229	40.2%	0	0.0%	9.301	26.8%
CE	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	3	0.0%
Total	8.534	26.1%	2.552	29.4%	2.378	16.3%	0	0.0%	23.272	26.5%

\* Valores expressos em jornadas de trabalho.

Uma jornada significa de 10 a 12 horas de trabalho por dia.

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

Quadro 22. Participação efetiva da mulher rural em relação ao total de jornadas de trabalho em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.

U.F.	G. Leite		G. Corte		Suínos		Aves		Outros	
	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher
SC	3.470	59.1%	822	20.4%	1.889	35.8%	2.105	56.7%	8.353	49.0%
PR	1.933	73.3%	242	24.4%	749	54.3%	930	96.8%	3.968	70.3%
CE	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%
Total	5.403	64.2%	1.064	21.3%	2.638	41.1%	3.035	69.0%	12.321	55.8%

\* Valores expressos em Jornadas de trabalho

Uma jornada significa de 10 a 12 horas de trabalho por dia

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.

Quadro 23. Contribuição relativa da mulher rural na força de trabalho em Brasil (SC-PR-CE) em 1993.

U.F.	Mulher rural		Outros membros *		Total **
	Total	Percentual	Total	Percentual	
SC	7.763.50	34.8%	14.557.5	65.2%	22.321.0
PR	5.284.5	39.8%	7.984.5	60.2%	13.269.0
CE	0.0	0.0%	3.0	100.0%	3.0
Total	13.048.0	56.7%	22.545.0	63.3%	35.593.0

Valores expressos em número de jornadas/ano.

Uma jornada significa de 10 a 12 horas de trabalho por dia.

\* Outros membros incluem homens e dependentes de ambos os sexos.

\*\* Jornadas de trabalho totais na agricultura e na pecuária.

Fonte: Estudos de casos realizados em Municípios dos Estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Ceará (CE), 1993.





PROGRAMA DE ANÁLISE DA POLÍTICA DO SETOR  
AGROPECUÁRIO FRENTE A MULHER PRODUTORA  
DE ALIMENTOS NA REGIÃO ANDINA,  
NO CONE SUL E NO CARIBE

Este Programa, executado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica ATN/SF-4064-RE, foi levado a efeito em 18 países da América Latina e do Caribe. A primeira fase foi implementada em 1992-1993, nos seis países do Istmo Centro-Americano, contando com o apoio do Conselho dos Ministros da Agricultura da América Central, em sua XII Reunião Ordinária, realizada em março de 1992. Seus resultados foram publicados no livro "*Mujeres de Maíz*" (IICA/BID 1995).

A segunda fase foi levada a efeito na Região Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), no Cone Sul (Brasil, Paraguai e Uruguai) e no Caribe (Barbados, Guiana, Jamaica e Suriname), por solicitação de um grupo de Primeiras Damas que participou da Cúpula de Primeiras Damas para o Progresso Econômico da Mulher Rural, realizada em Genebra, Suíça, em fevereiro de 1992.

Três documentos foram elaborados para cada país, dos quais constam os resultados técnicos dos quatro temas de pesquisa do Programa: a) diagnóstico da participação das mulheres rurais no setor agropecuário e de sua contribuição para a produção de alimentos nas pequenas unidades de produção, b) análise das políticas e programas agropecuários e de seus impactos sobre as mulheres rurais produtoras de alimentos, c) avaliação da tecnologia utilizada nas pequenas unidades de produção e pela mulher nos processos de produção de alimentos; e d) análise do papel da mulher rural produtora de alimentos na transformação e comercialização de produtos.

Outras atividades que fizeram parte do Programa foram a elaboração de relatórios comparativos regionais, a formulação de propostas de política e ação, a realização de seminários nacionais e regionais para a discussão das recomendações do Programa, e a divulgação dos resultados finais.